

DIÁRIO da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.os 1/VI a 9/VI.

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos relativo à substituição de um deputado do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva) apresentou o Programa do XII Governo Constitucional, tendo respondido depois a pe-

didos de esclarecimento dos Srs. Deputados Isabel Castro e André Martins (Os Verdes), Narana Coissôrò, Adriano Moreira e Nogueira de Brito (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Alberto Martins, Jorge Lacão, Ferro Rodrigues, Helena Torres Marques e António Braga (PS), José Ângelo Correia, Álvaro Barreto, João Oliveira Martins e Pedro Passos Coelho (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Branco Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Mota Vciga.
António Manuel Fernandes Alves.
António Maria Pereira.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António da Silva Bacellar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Alberto Lopes Pereira.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manucl Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos José Soares A. Lima.
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Carlos Branco M. Andrade.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José da Costa.
Fernando José Roque Correia Afonso.
Fernando Manucl Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Santos Pereira.
Filipe Manucl da Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
José Alberto Granja dos S. Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.
João José Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.
João do Lago V. Mota.

João Maria Leitão de Oliveira Martins.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Maria Fernandes Marques.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Fortunato Freitas Costa Silva.
José Guiherme Reis Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Manucl Borregana Meireles.
José Manucl da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José Pacheco Pereira.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Carrilho da Cunha.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Manucl Costa Geraldos.
Manucl Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Antero da Cunha Pinto.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manucl da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manucl da Silva Azevedo.
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.
Maria da Conceição Figuerira Rodrigues.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.
Maria Leonor Belzona Mendonça Tavares.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Dulce Coelho Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Silva Coutinho Albuquerque.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
Pedro Manucl Cruz Roseta.
Pedro Manucl Mamede Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manucl Lobo Gomes da Silva.
Rui Manucl Parente Chancerelle de Machete.
Simão José Ricon Peres.
Tolmo José Moreno.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Bernardes Costa.
 Alberto Manuel Avclino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António de Almeida Santos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martinho.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Domingues Azevedo.
 António Fernando Correia de Campos.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Manuel de Oliveira Gutierrez.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.
 Fernando Alberto Pereira Marques.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José A. Martins Goulart.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gamciro dos Santos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Narciso Rodrigues de Miranda.
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julicita Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.

Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Girão Pereira.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel Tomás Cortês Rodrigues Quirós.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes projectos de lei: n.º 1/VI (PS) — Regularização extraordinária de estrangeiros não comunitários em situação irregular, que baixou à 4.ª Comissão; 2/VI (PS) — Elimina algumas restrições à concessão de habitação social, que baixou à 12.ª Comissão; 3/VI (PS) — Direito de voto de estrangeiros nas eleições locais, que baixou à 4.ª Comissão; 4/VI (PCP) — Revogação e alteração das normas mais gravosas do pacote laboral, que baixou à 10.ª Comissão; 5/VI (PCP) — Revisão do regime legal dos inquéritos parlamentares, que baixou à 3.ª Comissão; 6/VI (PCP) — Garante aos cidadãos de menores recursos o acesso gratuito a medicamentos para doenças crónicas e outros benefícios, que baixou à 9.ª Comissão; 7/VI (PCP) — Extingue a prova geral de acesso e cria um novo regime de acesso ao ensino superior, que baixou à 8.ª Comissão; 8/VI (PCP) — Reduz a duração semanal do trabalho normal, que baixou à 10.ª Comissão, e 9/VI (PCP) — Actualização de pensões, que baixou à 10.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos.

O Sr. Secretário: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, relatório e parecer é do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos realizada no dia 11 de Novembro de 1991, pelas 15 horas, foi observada a seguinte substituição de Deputado:

Nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b), do Estatuto dos Deputados, por um

período não inferior a 15 dias, a partir de 11 de Novembro corrente, inclusive:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD):

Maria José Paulo Caixeiro Barbosa Correia (círculo eleitoral de Évora) por José Mário Gaspar.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: *Alberto Marques de O. e Silva (PS), vice-presidente — José Manuel Maia N. de Almeida (PCP), secretário — José Mário Lemos Damião (PSD), secretário — Adérito Manuel Soares Campos (PSD) — Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD) — José Álvaro M. Pacheco Pereira (PSD) — José Augusto S. Silva Marques (PSD) — Luís António Martins (PSD) — Vítor Manuel Caio Roque (PS) — João António Gonçalves Amaral (PCP).*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, de acordo com a nossa ordem de trabalhos de hoje, vai agora ter lugar a apresentação do Programa do Governo.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao apresentar o Programa do XII Governo Constitucional, quero começar por dirigir uma saudação calorosa à Assembleia da República e aos deputados eleitos no sufrágio de 6 de Outubro. Ao Presidente da Assembleia dirijo um cumprimento especial pela sua recente eleição.

O Parlamento é não só uma emanacão directa da vontade livre e consciente do eleitorado, mas também o vértice institucional da representatividade do regime democrático que o povo português escolheu como forma de organização política. afirmar o prestígio da instituição parlamentar é um modo superior de afirmar o prestígio do próprio regime.

O Governo que tenho a honra de chefiar desde já manifesta o desejo de uma construtiva cooperação política com este órgão de soberania e a vontade de um leal relacionamento com todos os Srs. Deputados.

Este Parlamento distingue-se por uma marca de excepcionalidade na história da democracia portuguesa. Com efeito, é o primeiro Parlamento a constituir-se após a vigência completa de uma legislatura e após a repetição da maioria absoluta do partido que, durante quatro anos, assumiu, sozinho, as responsabilidades do Poder.

A opção inequívoca do povo português pela estabilidade e pela governabilidade confere a Portugal um estatuto

idêntico ao das democracias ocidentais há mais tempo consolidadas, onde os executivos de legislatura são uma regra e não um acontecimento fortuito.

Após muitos anos de frequentes crises políticas e de numerosos governos que se sucederam efemeramente depois do 25 de Abril, Portugal alcançou finalmente, em 19 de Julho de 1987, e reafirmou em 6 de Outubro de 1991, condições políticas que permitem a afirmação da plena normalidade democrática.

A anterior legislatura constituiu um marco histórico na jovem democracia portuguesa. Com efeito, sendo a primeira que percorreu com estabilidade o prazo normal definido na Constituição, proporcionou ao País trabalho, progresso, desenvolvimento efectivo e sustentado e afirmação no mundo.

Foi o momento da mudança, assumindo a ruptura democrática e responsável com a experiência política do passado, experiência essa limitadora da iniciativa individual e asfixiante do desenvolvimento colectivo. Mudança protagonizada também, e de modo especialmente relevante, pela Assembleia da República, através da aprovação de várias leis estruturantes, há muito reclamadas pela sociedade portuguesa.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi o período de maior e mais participada produção legislativa, como o atesta o elevado número de leis aprovadas por unanimidade ou por votações superiores à da simples votação da bancada da maioria.

A conclusão resulta, por isso mesmo, lógica e inevitável: ao invés de diminuída pela existência de uma maioria parlamentar, a Assembleia da República reforçou a sua eficácia, afirmou-se com maior credibilidade perante os cidadãos, prestigiou-se aos olhos do País.

Pena foi que alguns, desorientados face ao trabalho realizado pelo Governo, tentassem trazer a baixa política de volta ao Parlamento, recorrendo com despropósito a institutos parlamentares, que se querem respeitados e dignos, como arma de arremesso político, desvirtuando assim a sua razão de ser, ferindo seriamente a sua credibilidade e desprestigizando a instituição parlamentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As eleições legislativas de 6 de Outubro marcaram uma inequívoca manifestação de lucidez e sentido de responsabilidade do eleitorado. Os Portugueses pronunciaram-se, em consciência, com base num trabalho feito durante quatro anos, valorizando, de forma positiva e com total conhecimento de causa, uma obra que está à vista de todos e uma metodologia de acção política que serviu a estratégia de modernização e de renovação nacionais à que nos propusemos em 1985 e que reafirmámos em 1987.

Importa ter bem presente que os Portugueses votaram não tanto em promessas mas sobretudo julgando, e julgando favoravelmente, a obra feita e o estilo de fazer política que marcaram a primeira experiência do governo estável e homogéneo em Portugal, do qual o actual governo se assume como continuador.

Os Portugueses foram claros. Disseram que querem continuar neste caminho e reforçaram-nos o seu apoio. afirmaram inequivocamente que querem a prossecução das políticas empreendidas e a continuidade da forma de governar trilhada nos últimos anos.

A democracia sai novamente fortalecida destas eleições. Não tanto pela vitória alcançada mas sobretudo pela maturidade, pelo civismo, pela tolerância e pelo sentido de responsabilidade que os Portugueses demonstraram.

Através do voto, o eleitorado não rejeitou apenas todas as soluções governativas portadoras do germen da instabilidade. Rejeitou também campanhas de calúnias e ataques pessoais. Rejeitou a mentira gratuita, ainda que assumida com pompa, solenidade e circunstância. Como recusou as tentativas de criação de fantasmas que só ecoam naqueles que, deslocados no tempo, ainda não perceberam que a questão dos dias de hoje não é já, felizmente, a da consolidação da liberdade e da democracia, mas sim a do desenvolvimento, do progresso e da justiça social para todos.

Aplausos do PSD.

Foi grande, de facto, a demonstração de sabedoria e de discernimento do povo português. Sem hesitações, afirmou bem o que quer e o que não quer para Portugal. Revelou uma capacidade notável para distinguir as vozes que merecem credibilidade daquelas que o pretendem confundir e enganar.

Esperamos, sinceramente, que a oposição tenha aprendido com os seus erros e que seja agora capaz de trazer para o debate político os ensinamentos que se retiraram da manifestação clara da vontade do eleitorado.

Também, e mais uma vez, pela terceira vez consecutiva, o povo português não acompanhou nem sufragou nas urnas as pretensões, os cenários e as lucubrações de alguns encartados da análise política. Por isso, votou pela realidade que conhece, e não pela aparência de realidade que alguns lhe quiseram impor.

Como não podem mudar o povo, como gostariam, bom será que passem agora a compreendê-lo melhor!

Aplausos do PSD.

Escrevia, há dias, um conhecido editorialista, a propósito do resultado das eleições: «Somem-se os efeitos políticos de todos os chamados *opinion makers* deste país e o resultado é zero. Em vez de nos lamentarmos e de nos escondermos desta realidade, armados em seres superiores, temos a obrigação de reconhecer a nossa insignificância. Sem essa humildade, sem esse exame de consciência, jamais teremos a mais pequena parte da importância que julgamos e queremos ter.»

Pela nossa parte, mantemos a confiança plena, como sempre, no povo português. Confiança que não é modificável em função da vitória ou da derrota, das perdas ou dos ganhos eleitorais.

Soubemos, num passado recente, em eleições autárquicas, e apesar da expressão menos positiva do eleitorado, reafirmar a confiança nos Portugueses e não guardar qualquer ressentimento.

Saberemos também agora, com humildade, assumir as responsabilidades de cumprir e não frustrar a confiança que em nós, de forma renovada e resforçada, foi depositada pelos Portugueses.

Por isso, reafirmamos solenemente que as propostas que fizemos não são meras figuras de retórica. São compromissos que assumimos com o eleitorado e que fazem parte do contrato político que firmámos com o povo português.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Queremos honrar a nossa palavra. Foi assim no passado, será assim também no futuro.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: À oposição estará naturalmente reservado um papel importante para o êxito da nova legislatura. Somos os primeiros a sublinhar o contributo decisivo que, em democracia, cabe às forças políticas da oposição.

O meu governo respeitará escrupulosamente o Estatuto da Oposição, saberá interpretar de forma ampla os seus direitos e disponibilizar-se-á, total e permanentemente, para o diálogo construtivo e de boa fé, tendo em vista alargar os domínios de consenso.

Julgamos mesmo que haverá muitas matérias em discussão nesta legislatura, onde o consenso alargado é não apenas útil e descível como também possível.

Daremos o nosso contributo e envolveremos o nosso esforço para que tal objectivo seja realmente viabilizado.

Somos a favor dos consensos que enriqueçam o trabalho político, que valorizem as opções legislativas, que estimulem novos denominadores comuns na nossa sociedade, que acrescentem algo de sério e eficaz ao progresso colectivo que temos a legítima ambição e obrigação de promover.

Mas é preciso que para todos fique claro, como já afirmei noutra sede, que temos um programa para executar, que o queremos efectivamente executar e que as propostas eleitorais que fizeram vencimento foram as nossas e não as dos partidos da oposição.

Pretender diferente, ou pretender o contrário, seria aligeirar as responsabilidades contraídas perante o eleitorado, seria desvirtuar os princípios políticos e os valores éticos que devem orientar as características básicas da democracia.

A democracia é isto mesmo — a observância do Governo da maioria, a aplicação das medidas sufragadas pelo eleitorado, sem esquecer nem postergar os legítimos direitos das minorias.

Trabalharemos, pois, em conjunto, Governo e grupo parlamentar da maioria, agindo em perfeita sintonia e animados do mesmo empenho e determinação.

É normal que assim seja. O nosso programa é o mesmo e temos ambos a mesma vontade e a mesma exigência política de o realizar. Governo e grupo parlamentar da maioria têm o mesmo compromisso com o eleitorado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em Novembro de 1985, tive ocasião de afirmar, perante esta Câmara, que, com os resultados das eleições legislativas então realizadas, estávamos a dar início a um novo ciclo político em Portugal.

Em 1987, após a obtenção da primeira maioria absoluta de um só partido, tive ensejo de o reafirmar perante os Portugueses e os seus representantes democraticamente eleitos. Então, foram ainda muitos os que, na oposição, não se aperceberam de que a vida política portuguesa tinha mudado.

Ao afirmá-lo, há seis anos atrás, não era tanto o sentido premonitório que falava; era, sobretudo, a interpretação, que se adivinhava, dos sentimentos mais profundos dos Portugueses.

Hoje fica claro que continuamos a viver e a percorrer o ciclo político então iniciado. Um ciclo político que tem por base um novo estilo de fazer política e uma nova forma de governar Portugal, mais dignificantes do exercício do Poder.

Estilo novo, porque menos retórico mas mais consequente, com menos tiradas discursivas mas mais rigoroso e actuante, com menos promessas feitas mas mais propostas cumpridas. Um estilo marcado pelo claro encurtamento de distâncias entre o discurso e a acção, menos virado para a manobra de bastidores e a baixa política e mais preocupado com as ambições profundas da comunidade.

Nova forma de governar porque com mais eficácia, rigor e coerência, maior exigência e competência na decisão, mais pautada pelo interesse nacional que pelas preocupações do foro partidário ou pelos interesses particulares, com menos guerrilha política e mais cooperação institucional.

Os Portugueses assim o desejaram e nós procurámos dar tradução política a essa ambição.

Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

Nem todos então perceberam, nem todos, ainda hoje, percebem a mudança. Mas estamos certos de que para lá caminham, porque os resultados dos seus comportamentos estão à vista, porque a mudança dos tempos é uma realidade implacável.

Pela nossa parte, continuaremos fiéis aos princípios que marcaram a nossa acção política e governativa no passado recente.

Governaremos para todos os portugueses, mas prestando uma atenção particular aos mais desfavorecidos. Não só por objectivo político, mas sobretudo por imperativo ético.

Governaremos com eficácia e rigor, mas sabendo agir com moderação, sem rupturas, preservando equilíbrios políticos e sociais importantes na nossa sociedade.

Governaremos em espírito de cooperação política e institucional, exercendo as nossas competências e respeitando as dos outros órgãos. Todo o poder em democracia é, e deve ser, partilhado e limitado.

Governaremos em diálogo, porque acreditamos nas suas virtualidades, mas sem prescindir do papel de decisão legítimo, porque essa é uma responsabilidade democrática que nos foi conferida.

E, sobretudo, governaremos apostando nos Portugueses. Eles são a razão de ser e os destinatários únicos da nossa acção.

A nossa vontade de cooperação estende-se a todos os níveis da Administração.

Queremos continuar uma cooperação frutuosa e positiva com todas as autarquias, quaisquer que sejam as suas conotações políticas.

Queremos um poder local forte e eficaz, moderno e actuante. Matérias como o ordenamento do território, a qualidade de vida nos centros urbanos e suas periferias e a cultura e a defesa do ambiente são bons exemplos de áreas onde se requer uma nova e determinada aposta das autarquias locais.

Cooperaremos sem tibiezas nem hesitações, mas seremos inflexíveis na exigência do rigor e no combate ao desperdício de dinheiros públicos, porque defendemos um poder autárquico intervencionista e empreendedor, mas simultaneamente responsável, transparente e eficaz na satisfação das necessidades sociais.

As populações das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira continuarão a contar com a nossa permanente disponibilidade de cooperação com os órgãos de governo próprio que legitimamente as representam.

Cooperação que, neste caso, assume foros de uma especial solidariedade, face aos condicionalismos insulares, e de um activo empenhamento na defesa dos seus interesses, particularmente no âmbito da Comunidade Económica Europeia.

Daremos sempre o nosso contributo responsável, no quadro do respeito integral pelos princípios da autonomia, para que as legítimas aspirações de maior progresso e bem-estar das populações dos Açores e da Madeira tenham crescente tradução prática e concreta.

Estas duas experiências políticas específicas do pós-25 de Abril — o poder local e as autonomias regionais — encerram conquistas bem sucedidas do nosso regime democrático.

Nos seus exemplos, nas suas práticas políticas e nas suas experiências de organização encontraremos, por certo, ensinamentos importantes e contributos de reflexão a não desperdiçar para a definição futura da administração regional no continente.

A questão das regiões administrativas é uma questão de Estado, e como tal deve ser encarada e tratada.

Queremos que as futuras regiões sejam factor de uma maior coesão nacional e nunca pólos de divisão ou de querelas entre os Portugueses.

Queremos que a futura divisão regional do País contribua para aproximar mais as populações dos centros de decisão, e não tanto para fomentar apenas a criação de mais lugares públicos, mais burocracias e de novas classes políticas.

Queremos que a regionalização seja um efectivo instrumento de desenvolvimento harmonioso do País, e não um factor de desperdício de recursos e de sobrecarga dos contribuintes.

É, pois, matéria que deve ser tratada sem precipitações, com grande ponderação e sentido de responsabilidade. Matéria que, pela sua natureza intrínseca, deve ser abordada na base de um consenso político alargado e abrangente, fundado em motivações sérias, e não orientado por meras preocupações bairristas ou de índole partidária.

Faço votos para que assim seja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O resultado eleitoral de 6 de Outubro suscitou um novo interesse pelo tema da reforma do sistema eleitoral, facto com o qual nos congratulamos.

A necessidade dessa reforma é por nós reconhecida desde há muito tempo.

O sistema em vigor não está adaptado às exigências de governabilidade que hoje se colocam ao País e de representatividade das populações e participação dos cidadãos na vida pública na fase da vida democrática que Portugal conhece.

Já quando, em 1987, apresentei à Câmara o Programa do XI Governo, fiz referência a esta questão, manifestando a vontade do Governo em ver melhorados os textos que regulam o nosso sistema eleitoral. Nesse sentido, apresentámos a esta Assembleia algumas propostas de alteração de várias leis eleitorais. Por razões de todos conhecidas, e que não importa agora discutir, não foi possível consagrar na lei essas alterações.

Como decorre expressamente do programa eleitoral que os Portugueses tão expressivamente sufragaram e dos ensinamentos recolhidos em sucessivos actos eleitorais, propomo-nos agir para aperfeiçoar o nosso sistema eleitoral.

Ao cabo de 17 anos de vida democrática, depois de termos já realizado bem mais de uma dezena de actos eleitorais, não devemos adiar por mais tempo a realização

de alguns aperfeiçoamentos que, no respeito pelos princípios estruturantes do sistema, permitam torná-lo consentâneo com os ensinamentos entretanto colhidos e com as exigências que o desafio da modernidade coloca ao funcionamento do nosso sistema político.

Por isso, apresentaremos a esta Câmara uma proposta global de revisão das leis eleitorais.

Aplausos do PSD.

E desde já gostaria de deixar claro, perante VV. Ex.^{as} e perante o País, algumas das linhas de força dessa iniciativa que iremos tomar.

Em nosso entender, a reforma do sistema eleitoral deve incidir nas seguintes alterações básicas às leis em vigor:

Primeiro: no que diz respeito à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, deve ser criado um círculo eleitoral nacional e desdobrados os actuais círculos eleitorais com mais de 10 deputados, mantendo-se, no entanto, o sistema de representação proporcional pela aplicação do método de Hondt. O principal objectivo desta medida é promover uma maior aproximação entre os deputados e os eleitores que os escolhem.

Segundo: no que respeita à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais, as alterações a introduzir devem, no essencial, ter como objectivo assegurar a formação de executivos municipais maioritários, permitir que grupos de cidadãos possam concorrer às eleições para os órgãos dos municípios e limitar o número de mandatos consecutivos que os presidentes de câmara e vereadores podem exercer.

A razão de ser deste conjunto de alterações é para nós dignificante do regime democrático. Como poderíamos não desejar incrementar a participação dos cidadãos na vida pública? Por que não tentar impedir formas de eternização no Poder e como não tentar assegurar a governabilidade e a eficácia dos executivos municipais favorecendo a formação de maioria?

Terceiro: no que toca à Lei Eleitoral para a Presidência da República, impõe-se retomar o princípio, que sempre defendemos, de que a lei não pode discriminhar portugueses, fazendo de uns cidadãos de primeira e de outros cidadãos de segunda.

Aplausos do PSD.

Por isso, a principal alteração, neste domínio, visará a consagração do direito de voto dos portugueses residentes no estrangeiro.

Quarto: no que concerne à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, exige a mais elementar justiça e a coerência interna do sistema que o regime de inelegibilidades seja coincidente com o previsto para a Assembleia da República, pondo fim à incapacidade que atinge os membros do Governo e fixando, claramente, a incompatibilidade do exercício do mandato de deputado ao Parlamento Europeu com o exercício de cargo em executivo municipal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quinto: no que respeita à Lei Eleitoral para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, é ditame de justiça atenuar as actuais distorções à proporcionalidade na distribuição do número de deputados por cada círculo e é conveniente, tal como acontece para a Assembleia da República, fixar o número total de deputados a eleger para cada uma das assembleias regionais.

Estes são os aspectos que consideramos básicos na reforma do novo sistema eleitoral, sendo também conveniente reduzir o período de tempo das campanhas eleitorais e introduzir vários aperfeiçoamentos técnicos na legislação eleitoral que a experiência aconselha.

Mas, ainda no âmbito da organização do poder político, queremos também apresentar uma iniciativa no domínio da legislação aplicável aos partidos políticos.

Não desconhecemos quanto as normas sobre a constituição, organização da actividade e regime de direitos e deveres dos partidos políticos se assumem como pilares essenciais da democracia, mas temos de levar em conta que a legislação aplicável aos partidos políticos data, no essencial, de 1974 e é hoje amplamente reconhecido que algumas das normas necessitam de revisão, com o objectivo fundamental de adequar a lei à realidade e de tornar mais transparentes alguns aspectos da vida partidária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos bem que numa democracia as regras eleitorais constituem as regras do jogo e necessitam, por isso, de reunir um amplo consenso das forças partidárias.

Também não desconhecemos que algumas das alterações preconizadas pressupõem prévias alterações constitucionais, que neste momento só podem ter lugar se, à partida, a tanto estiverem dispostos quatro quintos dos deputados.

Por estas razões, estamos, neste momento, a propor às forças políticas da oposição, sobretudo ao Partido Socialista, esta iniciativa de reforma, alicerçados na consciência que temos da bondade do que propomos e, tanto ou mais do que isso, na certeza de ser essa a vontade clara dos Portugueses manifestada no recente acto eleitoral.

Aplausos do PSD.

Sabemos que no passado o Partido Socialista quis sempre ser um travão a estas mudanças. Esperamos, sinceramente, que desta vez não rejeite a proposta que agora lhe fazemos.

Mas, porque se trata de iniciar, nesta matéria, um processo de diálogo, é bom que desde já fiquem claras da nossa parte três orientações que balizarão a nossa postura.

Em primeiro lugar, propomos uma reforma global — que, é nossa intenção, se traduza num código eleitoral — que tenha coerência interna. Por isso, não aceitaremos, nunca, avançar com meros remendos, isto é, não aceitaremos fazer só uma ou outra alteração que, por razões conjunturais, o Partido Socialista se manifeste disposto a aceitar. Ou fazemos uma reforma global do sistema, incluindo as necessárias alterações da Constituição, ou, por nós, é prescível deixar o sistema tal como está.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, não levaremos por diante esta iniciativa legislativa se não for possível o consenso com, pelo menos, o Partido Socialista. Estamos cansados da insinuação de má-fé.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ou há condições para que esta proposta seja votada favoravelmente por uma maioria bem superior àquela que apoia o Governo ou então não avançaremos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, não deixaremos arrastar esta questão durante demasiado tempo nem pactuaremos com dilacções artificiais, para que depois, como aconteceu no passado, venha a ser invocada a proximidade de actos eleitorais como álibi para não realizar a mudança.

Aplausos do PSD.

Para nós — e não poderão acusar-nos de estabelecer um prazo curto — o final do ano de 1992 é o prazo limite para que o consenso seja alcançado.

Se até lá não for acordada a reforma global do sistema eleitoral, então teremos de esperar pela próxima legislatura, confiando em que o Partido Socialista vá aprendendo à custa dos ensinamentos que em eleições os Portugueses nos transmitem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A proposta que lealmente apresentamos é uma proposta séria e bem reveladora do sentido de Estado que nos move. Não é uma proposta que, na presente conjuntura político-partidária, traga especiais vantagens ao partido que apoia o Governo. Pelo contrário, o Partido Social-Democrata não só já provou, e por duas vezes, que mesmo no sistema eleitoral em vigor pode alcançar a maioria absoluta de deputados na Assembleia da República, como não detém, presentemente, a presidência da maioria das câmaras municipais do País.

Ficamos a aguardar com grande expectativa — e não só nós — a reacção do Partido Socialista de pós-6 de Outubro de 1991 à nossa proposta. Desejamos sinceramente que não o façam de forma precipitada.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não escondemos hoje, como não escondemos na campanha eleitoral, que os tempos que se seguem não serão tempos de facilidades. As complexidades e incertezas da situação internacional, as exigências da integração europeia, a redução do crescimento económico e o aumento do desemprego a que se assiste na Europa testemunham bem o quadro desfavorável que condiciona a política nacional.

Estas condições não nos assustam nem desanimam e, pelo menos, retiram aos que insistem em denegrir a nossa obra o argumento de que todos os sucessos se devem às condições favoráveis da conjuntura.

As nossas preocupações não são diferentes das dos governantes de outros países ocidentais, que enfrentam situações não menos complexas e difíceis do que as nossas.

Mas temos, em primeiro lugar, confiança no povo português e na sua capacidade de, sobretudo nos tempos difíceis, se mostrar à altura das circunstâncias. Por outro lado, a solidariedade que soubemos construir nos últimos anos é hoje um bem precioso para melhor nos protegermos dos sobressaltos da difícil situação internacional.

E não perdemos a esperança de contarmos com uma postura construtiva por parte desta Assembleia para nos acompanhar na tarefa enorme de desenvolver e modernizar o País, tarefa que a todos compete. Gostaríamos, pelo menos, de que a oposição, sem abdicar da sua legítima função fiscalizadora e de acompanhamento crítico da actuação do Governo, não trilhasse os caminhos da demagogia desenfreada e da baixa política que, no passado, por vezes ensombraram a sua ação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As suas propostas e até as meras sugestões que não contrariem o nosso Programa serão sempre bem-vindas, desde que quem as faça responsávelmente esclareça os objectivos a atingir e aponte os meios e os recursos a utilizar. É que, Srs. Deputados, de promessas e boas intenções, sem cuidar da forma de as concretizar, não se consegue governar o País!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no campo da economia, o grande objectivo do Governo continuará a ser centrado numa ideia simples: o bem-estar dos Portugueses, o bem-estar de todos e de cada um, num desenvolvimento vigoroso, equilibrado e de rosto humano.

Este objectivo não é uma imposição da conjuntura nem uma mera ânsia material. É a expressão particular que, nos dias de hoje, tem a secular linha cultural e civilizacional que representou, desde sempre, a personalidade de Portugal e que assumimos por inteiro.

Esse objectivo geral consubstancia-se em vários aspectos parcelares. Em primeiro lugar, a economia portuguesa deverá prosseguir o ciclo de crescimento auto-sustentado que conhece desde 1985, mantendo um ritmo mais acelerado que o da média comunitária. Desta forma, o nível de vida dos Portugueses continuará a aproximar-se, gradual mas solidamente, dos padrões europeus de bem-estar.

Esse crescimento deve traduzir-se na promoção clara do emprego produtivo e inovador, que é um dos principais motores do desenvolvimento em qualquer sociedade.

Mas o apoio ao emprego tem que significar uma aposta na produtividade e na eficiência nas empresas. Não promoveremos o recurso ao emprego artificial, tantas vezes usado no passado pelos pretensos defensores dos trabalhadores e que tão grandes custos sociais acabou por gerar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, os trabalhadores sabem quem efectivamente defende os seus verdadeiros interesses, como ficou claramente provado no resultado das eleições de 6 de Outubro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o nosso projecto de desenvolvimento é balizado por duas preocupações fundamentais: a promoção da justiça social e a correcção dos desequilíbrios regionais.

A evolução da actividade económica, sobretudo em momentos de grande intensidade, como aquela que o País tem conhecido nos anos mais recentes, torna-se por vezes cúmplice de marginalizações de pessoas ou regiões. Estas marginalizações são não só profundamente injustas, mas também prejudiciais ao ritmo e solidariedade do próprio progresso.

O Estado tem aqui um papel corrector essencial, para, sem perturbar os mecanismos básicos da concorrência, orientar o progresso para um desenvolvimento integral da pessoa humana, intervindo sempre em defesa dos mais desfavorecidos. É uma preocupação que estará sempre presente na nossa ação.

O recente aumento das pensões de reforma, mais uma vez acima dos níveis da inflação, é uma das manifestações claras desta preocupação do Governo. Mas ele é também

a negação concreta da campanha de mentiras que alguns nos moveram na recente luta eleitoral. Ficou provado que o povo português não se deixa enganar tão facilmente como alguns pensam.

A promoção da verdadeira justiça social, integrada no progresso global de Portugal, é um genuíno empenho governamental, conduzido com sentido de responsabilidade, e não uma qualquer figura de retórica gerida para captar apoios populares com vista à manutenção do Poder.

Para a realização deste grande projecto nacional de desenvolvimento é necessário seguir um quadro estratégico de fundo que encare coerentemente a economia portuguesa na sua trajectória de longo prazo.

No entanto, a preocupação com o desenvolvimento não pode esquecer o equilíbrio da conjuntura. A integração destes dois aspectos enforma a política económica do Programa do Governo.

A dinâmica do investimento é, em primeiro lugar, uma componente essencial de qualquer processo de desenvolvimento. Entre nós, ela é também um vesculo para a reconversão e reestruturação do nosso tecido produtivo.

A economia portuguesa sofre, ainda hoje, de graves enviesamentos de estrutura que importa corrigir. Passos decididos têm vindo e continuarão a ser dados nesse sentido, contemplando alguns apoios estatais, mas nunca pondo em causa o quadro do alargamento e aprofundamento da concorrência no tecido produtivo nacional, único em que é possível alcançar soluções viáveis a médio prazo e compatíveis com o desenvolvimento sustentado do País.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma forte dinâmica do investimento e o funcionamento dos mecanismos da concorrência são condições indispensáveis para a descida da reconversão dos sectores mais vulneráveis da nossa economia.

Neste ponto, podemos afirmar que não se justificam as vozes alarmistas que têm agitado fantasmas de crises económicas e sociais geradas pela reconversão sectorial.

Asseguramos, contra elas, que na normalidade de um sólido processo de desenvolvimento é possível proceder a toda a reestruturação produtiva sem rupturas sociais nem fenómenos de empobrecimento.

Aplausos do PSD.

As reestruturações que são necessárias não constituem um processo de adaptação a níveis inferiores de qualidade de vida, mas obstáculos que temos de vencer e mudanças que temos de realizar, precisamente para passarmos a viver melhor. As dificuldades que têm de ser enfrentadas ocorrem num clima de expansão económica e não de estagnação, como aconteceu no passado, o que determina uma diferença substancial.

Outro aspecto essencial do desenvolvimento equilibrado é a estabilidade financeira. A luta contra a inflação continuará a ser um claro objectivo da política governamental. Condicionante da nossa participação na união económica e monetária, actuaremos de modo que a redução do ritmo da subida de preços prossiga na linha de progressos recentes e se situe solidamente no nível de um dígito já em 1992.

Para isso, continuarão os esforços de redução de défice do sector público alargado. Que ninguém espere de nós

uma atitude de facilidades em relação ao aumento das despesas públicas ou à evasão e fraude fiscais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nesse sentido, preferimos sempre a escassez na atribuição de verbas orçamentais, que incentive o rigor, à abundância, que favoreça o desleixo.

Aplausos do PSD.

Uma componente essencial da estabilidade financeira é, sem dúvida, a evolução salarial. Continuamos a defender a linha de expansão sustentada dos salários reais que se verifica desde 1985, tendo presente o aumento da produtividade e a competitividade das empresas.

O diálogo e a concertação social serão por nós claramente estimulados, conscientes da relevância do seu contributo para a redução dos custos associados à realização dos objectivos da política económica e, em particular, ao processo de desinflação. Esperamos da parte dos parceiros sociais o mesmo empenhamento e sentido de responsabilidade revelados na parte final da anterior legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, afirmei na tomada de posse deste governo que acreditamos na energia criadora de uma sociedade civil liberta de paternalismos, com organizações fortes, autónomas e intervenientes, tendo presente que a modernização e desenvolvimento do País é uma tarefa que cabe a toda a sociedade portuguesa e não apenas ao Governo.

No domínio da Administração Pública é particularmente importante criar condições que propiciem o desenvolvimento e o progresso que preconizamos.

Neste sentido, iremos reforçar a acção da modernização administrativa, apostando fortemente na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A qualidade da Administração Pública é um desafio que nos propomos enfrentar. A valorização da qualidade é, aliás, uma constante em todo o Programa do XII Governo Constitucional.

Não é, de facto, desejável que exista um Portugal a duas velocidades: de um lado os agentes privados, investindo na qualidade de produtos e serviços, movidos por uma concorrência cada vez mais aguerrida, e do outro uma Administração Pública insuficientemente motivada e redutoramente burocratizada.

No plano estratégico, continuaremos o esforço da redução do peso do Estado no sector produtivo. Muito foi já feito nesta matéria, mas exige-se a continuação e o aprofundamento deste caminho. A redução do peso do sector empresarial do Estado, como afirmei em 1987, será feita de forma gradual, com a ponderação, o rigor e a transparência que a importância económica, financeira e política do sector exige. Estas ideias eram então propósitos. Hoje são uma realidade cumprida, que continuará a pautar a nossa actuação no futuro.

É claro o nosso propósito de prosseguir o desenvolvimento do País, não um desenvolvimento qualquer, a qualquer preço, mas um desenvolvimento humanizado, que defenda o ambiente, o ordenamento do território e o património cultural e civilizacional que é o nosso e aposte na nossa juventude.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Também por isso, a educação continuará a ser uma prioridade da acção governativa.

O anterior governo lançou uma reforma educativa profunda, cuja plena afirmação ocorrerá nos próximos anos. Criaremos as condições para que os jovens portugueses nela encontrem as respostas para as suas necessidades e ambições de formação, de forma adequada à crescente complexidade da vida moderna.

A atenção que até aqui dedicámos a este sector e o enorme esforço financeiro desenvolvido, quer nas infra-estruturas, quer na formação dos agentes envolvidos, demonstram cabalmente a importância que o Governo lhe atribui e que vai ter continuação.

Aplausos do PSD.

Entendemos que educar tem como finalidade não apenas instruir e preparar para a vida profissional, mas também possibilitar aos cidadãos acrescidas possibilidades de enobrecimento moral, cultural e cívico.

Identica relevância estratégica atribuímos à política de juventude, pela qual Portugal, por força da actuação determinada e pioneira dos X e XI Governos, é hoje internacionalmente apontado e escutado como exemplo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Apostar nos jovens, como protagonistas da mudança e do progresso, é um investimento altamente rentável na melhoria do nosso futuro colectivo.

Os nossos jovens estão claramente a dar mostras de querer assumir a condição do Português novo, imaginativo, descomplexado, confiante e determinado, abrindo assim novos horizontes no esforço de dinamização da vida portuguesa.

Escutarmos atentamente a voz dos jovens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao nível da comunicação social o País deu, nos últimos anos, passos profundos e registou alterações significativas.

A privatização da imprensa, a liberalização da rádio e o início do processo de abertura da televisão à iniciativa privada constituem avanços estruturais importantes no sentido de afirmar a vitalidade da sociedade civil e diminuir o exagerado papel do Estado neste sector.

Afirmamos assim, na prática, o que no plano dos princípios é um desiderato lógico e natural: que não é missão nem vocação do Estado ser proprietário de jornais e que a presença pública na comunicação social se deve limitar à garantia de um serviço mínimo no domínio do audiovisual.

Hoje parece fácil afirmá-lo. Quase ninguém ousa contestar a bondade desta filosofia, mas foi necessário enterrar muitos tabus, acabar com muitos preconceitos, vencer muitas inibições e entraves, ter, em suma, a vontade política, que antes faltara, de terminar com indefensáveis situações de exceção para que a regra e a normalidade se instalassem neste sector.

Se estamos cada vez mais, como estamos, na era da comunicação, faz todo o sentido que esta se assuma crescentemente liberta de tutelas e dependências, criativa e participada, vigorosa e especializada, rigorosa e plural.

Possessuiremos esta tendência, concluirmos os objectivos estratégicos que propusemos ao País, acabando com o monopólio televisivo, consagrando o direito à diferença no domínio da televisão, privatizando a Rádio Comercial, transformando a RTP e a RDP em sociedades anónimas libertas da tutela directa do Estado.

Concluído este processo, uma outra importante e decisiva alteração qualitativa se dará na relação entre o Estado e os órgãos públicos de comunicação social.

A tutela passará a deter apenas uma função de fiscalização económica e financeira. As empresas orientar-se-ão livremente, no respeito pela lei, a tutela de mérito competirá ao público consumidor e ao Estado ficará reservada uma única tutela relevante, a que tem a ver com a correcta e rigorosa aplicação dos dinheiros públicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na política externa, a história dos seis primeiros anos de participação de Portugal na Comunidade Europeia é claramente uma história de sucesso, reconhecido interna e externamente.

Queremos reafirmar que Portugal acredita com entusiasmo no grande projecto europeu e deseja participar activamente na sua construção.

Apoiamos firme e solidariamente os esforços que, a nível comunitário, se estão a desenvolver com vista ao aprofundamento do processo de integração em direcção à união europeia, na qual o princípio da coesão económica e social deve constituir um dos pilares fundamentais.

Portugal prepara-se agora para exercer, pela primeira vez, a presidência do Conselho Europeu e do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia. Durante um período de seis meses, Portugal esforçar-se-á por gerar os consensos e os compromissos que permitam a adopção de medidas que fortaleçam a posição da Europa no contexto mundial e o aprofundamento da integração europeia nos diversos domínios.

Mas Portugal tem-se afirmado na Comunidade como um país de dimensão euro-atlântica e de vocação universal. Nesta base, procuraremos também reforçar os laços da Comunidade com outras regiões do Mundo, nomeadamente com a África, o Magrebe e a América Latina, não só por razões de solidariedade, mas também com vista ao estreitamento de laços benéficos de cooperação política, social e económica.

A propósito da presidência da Comunidade, gostaria de formular um apelo à Assembleia da República, e muito em particular aos partidos da oposição que aqui se encontram representados, no sentido de não utilizarem esse acontecimento de grande responsabilidade para o País como pretexto para vãs querelas ou confrontações político-partidárias. A presidência da CEE é assunto demasiadamente importante para se tornar objecto desse tipo de actuação e seria bom que todos, em conjunto, pudéssemos dar um verdadeiro sentido nacional ao exercício da nossa Presidência.

Aplausos do PSD.

Acreditamos sinceramente que todos temos em comum a vontade de contribuir para o reforço do prestígio de Portugal no mundo.

No plano global, a situação internacional é actualmente caracterizada por uma grande instabilidade e incerteza. O fim da guerra fria, o desmoronamento dos regimes de partido único da Europa do Leste e a consequente evolução dessas sociedades no sentido da democracia pluralista e da economia de mercado não trouxeram, para já, o fim das situações de conflitualidade existentes na Europa nem o progresso generalizado.

Não é só a guerra civil em curso na Jugoslávia a causar-nos sérios motivos para preocupação; é também a tendência para a desagregação que se verifica na União Soviética e a tremenda crise económica que esse país atravessa; são as crises políticas e as dificuldades económicas que observamos em vários países da Europa Central; e é o ressurgir de problemas e rivalidades étnicas que julgávamos, erradamente, desaparecidas. Todos estes desenvolvimentos que se têm verificado no continente europeu, a par da questão do Médio Oriente e dos problemas do Norte de África, assumem aspectos verdadeiramente preocupantes e não poderão deixar de condicionar, em larga medida, a condução da política externa portuguesa.

Noutros quadrantes, mutações de sinal positivo como o processo de paz em Angola, através do qual pudemos projectar, com notável alcance, a imagem de Portugal no mundo, trazem o sopro da esperança numa nova ordem mundial, mais livre, humana e solidária.

Queremos a paz também para Moçambique e gostaríamos que esse anseio legítimo do povo moçambicano fosse alcançado no mais curto prazo possível. Faremos tudo quanto esteja ao nosso alcance para encontrar uma solução para esse conflito.

Ainda no que se refere à África, continuaremos e reforçaremos a nossa política de cooperação, particularmente com os países de língua portuguesa, tal como não iremos descurar os laços especiais que nos unem ao Brasil.

Uma outra importante questão da nossa política externa é a de Timor. É necessário garantir o pleno respeito pelo livre exercício da vontade do povo de Timor, pelos seus direitos humanos e liberdades, pela sua identidade cultural e religiosa. É de inteira justiça assinalar o papel altamente responsável que todos os órgãos de soberania têm nesta matéria assumido, e em particular esta Assembleia. É nosso desejo manter a colaboração institucional que tem existido na procura de soluções para Timor.

Quanto a Macau, e nas relações com a República Popular da China, Portugal terá sempre em vista, como objectivo primordial, a garantia da estabilidade e o desenvolvimento daquela território.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, por último, não quero terminar esta apresentação, necessariamente não exaustiva, das orientações que nos propomos seguir na presente legislatura — pedindo, por isso, a todos os Srs. Deputados a leitura atenta do Programa distribuído —, sem fazer uma referência especial a uma iniciativa que assume tanto de ambicioso quanto de imperativo na promoção e difusão da cultura portuguesa pelo mundo.

Velho de mais de oito séculos, o nosso património cultural é de uma extraordinária riqueza, apresentando características próprias de originalidade e diversidade, cujas raízes se entrecruzam com o percurso histórico do nosso país e do povo que nós somos.

Na riqueza da sua variedade, o bem mais valioso é a língua portuguesa. Língua que foi factor de coesão na construção do espaço nacional; que foi elo de ligação na criação e desenvolvimento dos territórios de afirmação lusíada nas quatro partes do mundo; e que se projecta como instrumento privilegiado de união de povos e nações soberanas, irmãos por origens e vivências comuns.

Vivemos hoje um quadro de relações culturais internacionais bem diferente do que existia há alguns anos. Dele destaco o renovado relacionamento de Portugal com os países de língua portuguesa, a integração do nosso país nas Comunidades Europeias e o acentuado peso que o

português já hoje ocupa entre os idiomas mais falados, num processo em contínua expansão.

A este novo contexto correspondem, naturalmente, maiores desafios e crescentes responsabilidades na salvaguarda dos nossos superiores interesses. Um grande contributo vai ser dado com a criação do Instituto Camões. Será um organismo vocacionado para a coordenação e definição de políticas da defesa e difusão da língua portuguesa no estrangeiro, actuando em articulação estreita com as nossas missões diplomáticas sediadas nos diferentes países. Com ele, esperamos potenciar um vasto leque de funções actualmente distribuídas por várias estruturas e departamentos ministeriais. Através dele, contamos protagonizar uma resposta digna, integrada e mobilizadora do objectivo — que é nacional — de valorização do legado mais precioso que recebemos em herança colectiva, a nossa língua.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Programa que vos apresentámos será porventura demasiado ambicioso para um tempo que se apresenta recheado de obstáculos. Aceitamos o desafio. Vamos continuar a mudar Portugal no sentido da modernidade, do desenvolvimento e da justiça social. Prometemos aos Portugueses trabalho, muito trabalho. Trabalho sério, responsável e rigoroso, e a certeza de que não voltaremos a cara às dificuldades. Confiamos nas capacidades do povo português para vencer os desafios. Está ao nosso alcance prolongar por mais quatro anos, pelo menos, o ciclo de progresso que o País conhece desde 1985. Havemos de conseguir.

Convidou os Srs. Deputados, todos sem discriminações, a connosco serem co-autores da obra de progresso e desenvolvimento que vamos erguer na legislatura que agora se inicia.

Se soubermos pôr em comum a vontade que nos inspira de servir Portugal, a obra será certamente maior. Para isso, contarão com todo o nosso empenho.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, em meu nome pessoal e no de todos os membros da Mesa, cumpro-me agradecer ao Sr. Primeiro-Ministro a especial referência que fez à nossa eleição e também o voto que expressou de que exercerímos, com bom proveito da Câmara, o nosso mandato.

A Mesa registou a inscrição de 14 deputados para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro.

Entretanto, tenho conhecimento de que existe consenso entre os grupos parlamentares no sentido de interrompermos agora os trabalhos por 30 minutos, embora não haja qualquer deliberação da conferência de líderes.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu a sua aquiescência a uma interrupção dos trabalhos, mas parecemos que 30 minutos é um tempo excessivo, pelo que apelamos para que a interrupção seja apenas de 15 minutos ou, no máximo, de 20 minutos.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, concordamos com o pedido que acaba de ser feito pelo Sr. Deputado António Guterres e solicitaríamos adicionalmente à Mesa que fizesse o favor de enunciar os Srs. Deputados que se inscreveram para pedir esclarecimentos ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Alberto Martins, Jorge Lacão, Ferro Rodrigues, Angelo Correia, Helena Torres Marques, Narana Coissoró, Adriano Moreira, António Braga, Nogueira de Brito, Manuel Queiró, Octávio Teixeira, Isabel Castro, André Martins e João Oliveira Martins.

Vamos agora interromper os trabalhos por 15 minutos, mas solicito a todos que não ultrapassem esse tempo. Está interrompida a sessão.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Após a interrupção, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Maria Leonor Beleza.

A Sr.^a Presidente (Maria Leonor Beleza): — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Srs. Deputados, conforme ficou acordado na conferência de líderes, os tempos atribuídos a cada grupo parlamentar são globais e serão geridos pelo grupo parlamentar como entender.

Lembro ainda que darei a palavra aos Srs. Deputados por ordem crescente da representatividade dos grupos parlamentares.

Tem, pois, a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^a e Srs. Deputados: Antes de iniciar o meu pedido de esclarecimento, não gostaria de deixar de assinalar o facto, que considero lamentável, de não ter sido propiciado a um partido com representação parlamentar, o PSN, o direito de participar na discussão do Programa do Governo nesta Assembleia, uma vez que ela é o órgão representativo de todos os cidadãos portugueses e a todos os deputados deve garantir-se, de igual modo, o exercício do seu mandato.

O Programa do Governo, que o PSD submete à apreciação, não nos parece inovador nem cria expectativas quanto ao futuro. Com efeito, constata-se a mesma composição, a mesma estrutura, as mesmas opções sociais e económicas, pelo que fácil se torna antever também as mesmas consequências preocupantes de maior desumanização do nosso quotidiano, de maior desequilíbrio ambiental e de maior desigualdade social. Consequências preocupantes também — porque são sinónimo de menor participação de facto dos cidadãos na vida pública —, que a forte abstenção nas últimas eleições e os boicotes eleitorais demonstraram, são os claros indícios de desencanto e ceticismo dos Portugueses face às instituições e ao Poder.

Sr. Primeiro-Ministro, sendo hoje reconhecido que a defesa do meio ambiente deve ser uma das prioridades fundamentais para o desenvolvimento do presente e do futuro da humanidade e um elemento integrador de toda a política governativa e tendo sido manifesta a incapacidade

do Governo e do seu Ministério em assumir tal objectivo — incapacidade a que, em nosso entendimento, não são alheias as múltiplas mudanças e remodelações, a que se junta agora mais uma conflituosa substituição do Secretário de Estado do Ambiente —, pergunta-se: perante a evidência do falhanço governativo nesta área, que garantias dá o actual executivo de vir a solucionar os grandes problemas estruturantes que não resolveu, nomeadamente: o garante da efectiva participação das associações de ambiente e dos cidadãos na definição da política de ambiente que a própria Lei de Bases consagra; a elaboração e discussão pública do plano nacional de ambiente há muito anunciado por V. Ex.^a e que ainda não tivemos oportunidade de ver; a elaboração e o debate da estratégia nacional para a conservação da natureza; a regulamentação total da Lei de Bases do Ambiente; a resolução dos graves problemas da rede hídrica e a resolução do problema dos resíduos tóxicos perigosos?

Igualmente nos interrogamos face à constante prática de violações das normas comunitárias de que são exemplo o alargamento do campo de tiro de Alcochete em plena reserva do estuário do Tejo e todo o processo da Via do Infante. Interrogamo-nos ainda sobre que garantias existem de que tal atitude não se manterá, quando e desde já, face a um dos mais graves crimes ecológicos cometidos na barragem do Maranhão, se assiste ao total silêncio e passividade do seu Ministério.

A existência do crescimento anárquico, que o recurso aos fundos comunitários não corrigiu, favoreceu, como o próprio «Livro Branco» reconhece, o agravamento das assimetrias regionais e do fosso entre o litoral e o interior. Sendo preocupantes as repercussões para o mundo rural que daí advêm, já visíveis no abandono dos campos, na redução da actividade agrícola e no consequente equilíbrio ecológico e perda de identidade cultural, pergunta-se: que estratégia admite o Governo vir a adoptar para contrariar tal tendência?

Igualmente preocupante é, para nós e para todos os portugueses, a destruição sistemática da floresta pelos incêndios. Desde 1970, um terço da nossa floresta foi destruída pelo fogo. A área ardida tem aumentado e este ano bateu todos os recordes. É nosso entendimento que a causa reside na ausência de uma política de ordenamento florestal.

Com efeito, o Sr. Ministro do Ambiente, a propósito e quando do incêndio da serra da Arrábida, falou de incompetência de bombeiros. O Sr. Ministro do Ambiente mantém-se. Perante isto, perguntamos, pois, que política esperar para a defesa da nossa floresta.

A defesa formal dos direitos humanos é, e como não podia deixar de ser, assumida no Programa de Governo que V. Ex.^a apresentou. Também aqui, contudo, não gostaríamos de deixar de o questionar, uma vez que nos vemos confrontados com uma realidade bem diferente. Assim, perguntamos: que intervenção pensa adoptar para pôr fim à realidade de 200 000 crianças em idade escolar sujeitas ao trabalho infantil? Que intervenção vai ser feita para assegurar que os quartéis deixarão de ser lugar de humilhação e morte para jovens recrutas? Que intervenção vai adoptar para que o direito à objecção de consciência possa ser exercido sem barreiras? Que intervenção pensa ter para assegurar a igualdade entre todos os cidadãos, quando até hoje têm sido marginalizados os mais de 100 000 membros da comunidade africana que vivem e trabalham no nosso país sem condições para a sua integração social?

Ainda neste capítulo, gostaríamos de saber como é que se pretende compatibilizar o princípio da igualdade de oportunidades para as mulheres e favorecer uma efectiva mudança de mentalidades, que o Governo formalmente defende, quando não se faz aplicar a legislação existente, nomeadamente no planeamento familiar, na educação sexual e na interrupção voluntária da gravidez, quando se adopta uma atitude de não intervenção face à denúncia pública que é feita de discriminação sexual em empresas, quando se permite, afinal, que continue a passar nos canais de televisão que o Governo gere a publicidade atentatória da imagem da mulher!...

Duas últimas questões para finalizar. A primeira sobre a política de defesa e a segunda relacionada com as questões da política externa.

Primeiro, falou-se de defesa. Mas para nós a questão coloca-se, hoje, face às profundas alterações verificadas na Europa e no mundo no sentido do aprofundamento da paz e do desarmamento, em saber quais os princípios em que o Governo Português pensa inspirar-se para rever o seu conceito estratégico de defesa nacional e que sentido faz hoje na nova conjuntura internacional a manutenção de acordos de cedência do nosso território, nomeadamente no que se refere à permanência das bases estrangeiras.

Em segundo lugar, queríamos ver abordada a questão da resolução do problema de Timor Leste, à qual o Sr. Primeiro-Ministro já se referiu.

Face ao impasse criado pela Indonésia a pretexto da deslocação de uma delegação portuguesa a Timor-Leste, perguntamos que estratégia de intervenção diversificada admite o executivo adoptar, nomeadamente ao nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido do seu maior envolvimento nesta matéria e que medidas pensa o Governo tomar no exercício da presidência da Comunidade no mesmo âmbito.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, em relação às observações iniciais da Sr.^a Deputada Isabel de Castro, a Mesa quer chamar a atenção para o facto de o n.^o 2 do artigo 227.^º do Regimento dizer que o período dos pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro compete aos deputados dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Martins, a quem recordo que o seu grupo parlamentar dispõe de 1 minuto e 50 segundos.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, embora em consonância de representantes dos grupos parlamentares se tivesse concluído que, em primeiro lugar, haveria uma intervenção de cada um dos partidos e as restantes intervenções seriam distribuídas de uma forma intercalar, irei formular duas breves questões ao Sr. Primeiro-Ministro uma vez que o meu tempo é tão limitado.

Sr. Primeiro-Ministro, a defesa do ambiente e dos equilíbrios ecológicos, a utilização racional dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentado são expressões correntes utilizadas em declarações públicas por membros do seu governo, encontrando-se repetidas quer em documentos de propaganda do PSD e do Governo, quer nos Programas do Governo de 1987 e no que V. Ex.^a acaba aqui de apresentar.

Por isso, não podemos deixar de questionar sobre uma situação que, em função dos dados de que dispomos, assumimos a responsabilidade de catalogar como um dos mais graves crimes ecológicos que neste século tiveram lugar em Portugal.

Como certamente já compreendeu, estamos a referir-nos a todo o processo que envolve o esvaziamento da albufeira do Maranhão, no concelho de Avis.

A questão que queremos colocar não é a de saber se vai ou não apurar responsabilidades, porque essas, estamos certos, vão ser apuradas no inquérito parlamentar que o Grupo Parlamentar de Os Verdes vai requerer, mas sim a de saber como é que pretende tornar coerentes o discurso que aqui acaba de fazer e o Programa do Governo que nos foi apresentado com uma prática que já é conhecida e que é sustentada numa visão unidimensional do desenvolvimento — o economicismo.

Uma outra pergunta que quero aproveitar para fazer a V. Ex.^a tem a ver com o papel reservado ao serviço público de comunicação social e, em particular, à RTP. É que por muito que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo recusem a afirmação da governamentalização da RTP, na prática os factos têm falado por si e não há nada agora que nos possa garantir que no futuro será diferente!

É que nas vésperas das eleições de 6 de Outubro a RTP deu-nos imagens e procurou justificar a necessidade do esvaziamento da albufeira do Maranhão. Mas desde aí até hoje a RTP não encontrou tempo ou oportunidade para informar os Portugueses das centenas ou talvez milhares de toneladas de peixe que morreu e continua a morrer nas águas inquinadas que restam na albufeira. Nem soube informar os Portugueses de que o Governo — conforme o expressa a lei — deveria, face à mortandade e aos efeitos futuros que se advinham, declarar a zona crítica e actuar em conformidade.

Estamos em crer que mesmo para o Primeiro-Ministro não é confortável esta forma de actuação de um serviço público que tem por função primeira informar objectivamente quem o paga, mesmo quando aquele procedimento procura favorecer a imagem do Primeiro-Ministro e do seu governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar quero dirigir-me a V. Ex.^a, porquanto pela primeira vez assume, hoje, a presidência desta Casa. Quero felicitá-la por este evento e também desejar que este seu mandato seja muito profícuo para todos nós deputados e para a valorização da Assembleia da República, instituição democrática que tanto presamos.

Aplausos do CDS, do PSD e do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, também quero felicitar V. Ex.^a. Quero felicitá-lo pelo resultado alcançado na última eleição, porque é aqui que os grupos parlamentares e os partidos, mesmo sentando-se nas bancadas da oposição, têm o dever político da solidariedade e da colaboração para com outros órgãos de soberania.

V. Ex.^a, na verdade, é o único vencedor deste grande pleito e, por isso mesmo, também lhe desejamos boa sorte, embora esta sorte muitas vezes se abata sobre nós de uma forma diferente.

Risos.

Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe que de tudo quanto fizemos e dissemos durante a campanha eleitoral

não retiramos uma única vírgula. Quando criticámos o comportamento do Governo e defendemos as nossas próprias teses e propostas perante o eleitorado fizemo-lo absolutamente conscientes de que o estávamos a fazer não para ofender V. Ex.^a, nem para lançar uma campanha de calúnias, nem para mentir perante os Portugueses, porque isso nunca faríamos nem faremos, mas porque sempre entendemos e continuamos a pensar que o governo anterior era merecedor destas críticas e o que tínhamos para dizer tinha razão de ser.

Por isso mesmo, venho aqui reafirmar que não se tratou de qualquer campanha de denegrimento, mas do uso de um legítimo direito de criticar durante a campanha electoral aquilo que ao meu partido e seus candidatos a deputados pareceu dever ser dito ao eleitorado. Era um dever democrático fazê-lo.

Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex.^a que não acompanho a valoração que faz ao dizer que se tratou de baixa política a utilização pela oposição de alguns institutos parlamentares, na legislatura passada, para denegrir o Governo. Os institutos parlamentares são os que nós conhecemos. São para serem utilizados pela oposição. Não é baixa política pedir um inquérito parlamentar, e tanto não é baixa política que os tribunais estão aí atapetados com processos para mostrar que era boa política!... Inclusive, alguns dos visados nesses inquéritos estão a pagar neste momento, estão sentados nos bancos do poder judicial para demonstrarem que não se tratava de baixa política!...

Sr. Primeiro-Ministro, não nos pareceu bem que nesta multidão de secretários e subsecretários de Estado com que V. Ex.^a encheu o seu novo governo, e que se acotovelam naquela galeria, não houvesse lugar para um membro do Governo para a família.

Batemo-nos sempre para que a família fosse representada no elenco governamental, pelo menos por um secretário de Estado da Família. V. Ex.^a reconhece o valor da família e das políticas sectoriais que dizem respeito a esta instituição fundamental da sociedade no Programa do Governo, dá-lhe a importância que sempre reconhecemos, mas faz-nos a injustiça — nós que sempre nos batemos, desde a AD, para que este lugar no plano governamental se mantivesse — de não ter criado a Secretaria de Estado da Família.

Em segundo lugar, queríamos dizer a V. Ex.^a que quanto à modernização administrativa, com mais de meia centena de membros do Governo no topo da Administração Pública, ficam sem efecto todos os seus propósitos de descentralizar e de prestigiar a função pública. Os meus colegas desenvolverão este ponto e como o tempo da minha bancada é muito reduzido tenho que acabar por aqui.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Narana Coissôrô, agradeço-lhe muito as palavras que me dirigiu.

Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, quero também juntar as minhas felicitações ao triunfo que teve nesta Câmara com a sua eleição e dizer que não nos tem sido indiferente — e a mim, seguramente — o exemplo de firmeza cívica de que tem dado provas ao longo da sua carreira política.

Aplausos do PSD.

Em segundo lugar, quero também felicitar o Sr. Primeiro-Ministro pelo êxito político que alcançou. Penso que tem de ser reconhecida a capacidade com que geriu o processo governativo e o processo eleitoral e tem de reconhecer-se que, neste momento, é a sua personalidade que marca o processo político que está a decorrer no País.

Sr. Primeiro-Ministro, justamente porque o tempo é muito pouco, gostaria, de uma maneira quase telegráfica, de pedir alguns esclarecimentos que passarei a enumerar, fazendo comentários muito breves.

Em primeiro lugar, reparo, não apenas pelo Programa do Governo, a que V. Ex.^a se referiu pouco na sua intervenção, mas também pelas palavras que usou, que continua a ser para si um problema fundamental a presidência do Conselho das Comunidades e do Conselho de Ministros.

Penso que, realmente, é um acontecimento importante. Todos desejamos que o País saia prestigiado dessa intervenção.

Pela nossa parte, vamos ter um comportamento responsável, e no que toca aos conselhos a parte que nos podia ser atribuída pode ser vantajosamente acrescentada ao que seja distribuído a outros intervenientes da vida pública, porque, pela nossa parte, sem nenhum conselho, vamos ter uma atitude inteiramente responsável porque sabemos perfeitamente o que representa o processo europeu para o País e o que o País representa para o processo europeu.

Só que gostaríamos de ser um pouco mais elucidados sobre as responsabilidades concretas que o seu Governo tenciona assumir nessa presidência porque a descrição que vem no Programa do Governo — que vamos ler com mais cuidado em casa, de acordo com a distribuição de trabalho para casa que nos fez —, ou seja, a descrição daquilo que o Governo tenciona fazer na presidência é extremamente magro em matéria de informação.

Naturalmente promete uma atenção aos grandes princípios, aos grandes problemas, aos grandes valores europeus, mas atitude concreta em tantos problemas gritantes não vejo nenhuma que nos ajude a entender qual vai ser o rumo do Governo. E recordo-me que no percurso político dos últimos meses só ouvi mencionar uma atitude concreta que o Governo deseja tomar: a que diz respeito a Angola na relação com as Comunidades. Mas mais nada! Gostava de ver um pouco mais preenchida a informação a esse respeito.

Sr. Primeiro-Ministro, como V. Ex.^a sabe, toda a Câmara tem colaborado numa iniciativa extremamente importante, oportunamente frutuosa do Sr. Ministro da Defesa como foi o Grupo de Reflexão Estratégica.

Penso que foi dos raros momentos que são para recordar nos últimos tempos da vida política e da Administração.

Foi uma colaboração prestante de todas as bancadas. Por isso mesmo, gostaria de ter algum esclarecimento em relação a um ponto ou outro do Programa tal como vem estabelecido.

O primeiro diz respeito, justamente, ao apelo feito ao desenvolvimento do programa de investigação e desenvolvimento na área da defesa — que me parece fundamental —, mas em relação ao qual ainda não vejo apontada a articulação do ensino e da investigação militar com o ensino e investigação universitária de que algumas vezes temos falado.

Gostaria de ser informado sobre se o Governo tem algumas ideias a esse respeito para podermos também dar a nossa contribuição.

Na cooperação com os países de língua oficial portuguesa, não vejo mencionar o Brasil na cooperação militar e sobre isso gostaria de ter alguma informação.

Finalmente, porque o tempo se esgota, quanto à educação vejo reiterada a promessa — que, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro já fez repetidas vezes em diversos discursos — de que os jovens portugueses, dentro de pouco tempo, terão igualdade de acesso ao ensino superior.

Porém, em face do Programa do Governo apresentado, fica-me uma dúvida grande, porque não tenho informação a esse respeito, que é a de saber qual a linha que irá ser seguida: a de aumentar a capacidade de recepção do ensino oficial ou a de continuar a multiplicar os alvarás para o ensino superior privado, sobrecarregando então o anúncio de que, finalmente, se vai estabelecer um processo de avaliação da qualidade desse ensino.

Este é, pois, um ponto crucial do Programa sobre o qual gostaria de ter alguma informação.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado Adriano Moreira, estou profundamente agradecida pelas suas palavras iniciais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr.^a Presidente, apesar de já não dispor de muito tempo, corroboro as palavras proferidas pelos meus colegas de bancada. É claro que «gato escaldado de água fria tem medo»,... mas desejo a V. Ex.^a uma presidência simpática, eficaz e objectiva, que, sei, será capaz de fazer.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro aconselhou-nos a tirar as lições do resultado eleitoral e nós tirámos-las. Aliás, só tirámos uma lição: a do resultado, que aceitamos humilde e conscientemente e, por isso, estamos aqui a felicitar V. Ex.^a com sinceridade.

Certamente V. Ex.^a compreenderá que não tenhamos ido à Fonte Luminosa, à Alameda D. Afonso Henriques, que não tenhamos mandado telegrama ou cartão... Mas, de facto, somos deputados e é na Assembleia da República, à luz do dia, que queremos tomar as nossas atitudes, felicitar V. Ex.^a e desejar-lhe, para bem do País, um bom governo.

Desejamo-lo a V. Ex.^a e a muitos amigos nossos que já travaram connosco muitos combates na mesma barricada. A todos eles desejamos que continuem inspirados pelo mesmo espírito desses combates e que governem bem o País.

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a não nos desiludi. Nas primeiras linhas da sua intervenção pensámos que V. Ex.^a não iria ter a generosidade e a humildade dos grandes vencedores. Preparamos aí alguma arrogância, Sr. Primeiro-Ministro!...

Protestos do PSD.

Mas depois tudo se desvaneceu, porque, afinal de contas, V. Ex.^a, ao apontar como prioridade primeira do Programa do Governo a revisão do sistema eleitoral, veio confessar à Câmara que, afinal, não acreditava plenamente no sistema eleitoral que o elegera,...

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — ...não acreditava principalmente na capacidade de representatividade que esse sistema eleitoral pode conferir. Portanto, V. Ex.^a quer rever, antes do mais,

o sistema eleitoral e isso, no fundo, Sr. Primeiro-Ministro, foi uma manifestação de humildade que reconhecemos, que sublinhamos e com a qual nos congratulamos.

Risos do PSD.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Isso é uma ilação ilegítima!

O Orador: — Quanto ao resto, Sr. Primeiro-Ministro, a apresentação do Programa do Governo foi dominada por grande voluntarismo. V. Ex.^a prometeu ao País que tudo vai correr bem, que vamos ter mais quatro anos como os que tivemos até aqui e, temos de concordar, Sr. Primeiro-Ministro, o País entendeu que tivemos uns bons quatro anos. Disso não há dúvida alguma!...

Mas V. Ex.^a garantiu-nos que, apesar de tudo, vamos ter mais quatro anos bons. Foi pena que V. Ex.^a nada tenha dito sobre as grandes compatibilizações que vão ser preciso fazer nestes próximos quatro anos entre, por exemplo, o rigor orçamental — que nos vem prometido no Programa do Governo — e uma política expansionista da segurança social, da saúde e da educação; a implementação do novo sistema remuneratório da função pública, as recentes revisões salariais operadas na função pública e a política de crescimento sustentado dos salários reais, que V. Ex.^a considera fundamental; o crescimento do número de secretarias de Estado e a política de extinção de serviços considerados inúteis, etc.

Não ouvimos também qualquer palavra de concretização sobre os grandes problemas que V. Ex.^a confessou que começam a despontar e que caracterizarão os próximos quatro anos, nomeadamente o problema das crises sectoriais e da compatibilização do crescimento do emprego com a resolução desses problemas e a reestruturação desses sectores.

Relativamente ao problema da agricultura, como é que vai ser possível compatibilizar a nossa posição perante a política agrícola comum (PAC) e a resposta aos problemas que a agricultura vive?

Sr. Primeiro-Ministro, nesta Câmara, esperamos documentos breves, esperamos um orçamento suplementar, a que, com certeza, não iremos fugir, esperamos o Orçamento do Estado para 1992 e af vamos ver que opções, que escolhas, é que V. Ex.^a realmente está disposto a fazer.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, aproveito a oportunidade para lhe apresentar os meus cumprimentos, nesta primeira vez em que exerce as funções para que foi eleita.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nesta primeira tomada de posição do Grupo Parlamentar do PCP sobre o Programa do XII Governo não me cingi estritamente à intervenção de V. Ex.^a pois, e naturalmente, terei em atenção o próprio Programa esta manhã entregue na Assembleia e que V. Ex.^a há pouco, formalmente, apresentou ao Plenário.

Acresce que este XII Governo, emanado da mesma maioria partidária e sendo presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro, apresenta-se com uma orientação de continuidade do governo anterior, quer no respeitante ao Programa apresentado quer mesmo no concernente à sua estrutura e composição.

Deste facto resultam duas decorrências imediatas, sendo a primeira a de que a análise crítica do Programa do Governo pode e deve ser feita com base não apenas nos objectivos e medidas de política enunciados, mas também com o conhecimento que temos da prática e da acção governativas prosseguidas nos últimos anos.

A segunda decorrência é a de que, nestas circunstâncias, na ausência de alterações nos objectivos e nas políticas do Governo, não há razões que suscitem qualquer alteração essencial na apreciação que o PCP faz dos objectivos e dos prováveis resultados da política que o XII Governo se propõe continuar.

Por isso, o meu partido reafirma as discordâncias e preocupações sobre o prosseguimento de uma política que já se mostrou incapaz de promover e assegurar um efectivo desenvolvimento harmonioso e solidário, antes gerando crescentes injustiças e desigualdades sociais e arrastando consigo situações de abuso de poder, autoritarismo e arrogância.

A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, reiterando uma concepção estreita da democracia (em que a maioria tudo poderia fazer e em que as opiniões das oposições não teriam quaisquer hipóteses de vingar), em nada reduziu as nossas preocupações — antes pelo contrário! — quanto às consequências institucionais e para a democracia política resultantes da reedição da maioria parlamentar do PSD.

Desde logo, sendo muitos e grandes os problemas económicos e sociais que ao País urge resolver, é por demais inquietante que a prioridade das prioridades apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro seja a das alterações ao regime eleitoral, colocada em forma de chantagem e, por acréscimo, orientada para uma maior distorção do princípio da proporcionalidade e para a formação de maioria parlamentar com menores exigências de votos, lesando fortemente a democracia representativa.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Reafirmo nesta ocasião a oposição do PCP a quaisquer alterações que tenham como objectivo e resultado a redução da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos e o agravamento das desigualdades entre cidadãos quanto à eficácia do seu voto. Temos para nós como certo que se trata de uma questão crucial para o regime democrático, onde não cabem ambiguidades e fraquezas por parte dos grupos parlamentares da oposição,...

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... pois cedências nesta matéria beneficiariam objectivamente os desígnios do PSD de criar administrativamente condições para a sua eternização no Poder.

Identicamente, aumentaram as nossas preocupações quanto às tendências do Governo para a governamentalização da Assembleia da República e para o desrespeito dos direitos dos partidos da oposição. É, de facto, necessário, não só nas palavras como nos actos, que, como há dias aqui referia um deputado da maioria, «toda a gente se convença, neste país, que o poder do povo reside nesta Casa e só depois emana para outras instituições». Mas o Sr. Primeiro-Ministro continua a mostrar que não perfilha esse entendimento...

Por isso são também fundadas as preocupações suscitadas pela intenção, anunciada no Programa do Governo, de desmantelar todo o edifício jurídico-

-institucional em que assenta a justiça. Sabido que é na base desse edifício que está hoje o respeito pela independência dos juízes e pela autonomia do Ministério Público, é caso para perguntar: que quer o Governo? Será que não se conforma com essa situação de independência e de autonomia e quer também governamentalizar a justiça, como o faz com a Assembleia, com as Forças Armadas e como o quer fazer com toda a vida política e todas as instituições?

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O que se está a passar com o processo de integração comunitária e com a próxima presidência portuguesa das Comunidades Europeias é demonstrativo. Dentro de um mês terá lugar o Conselho Europeu de Maastricht, onde é suposto concluir-se as negociações sobre a união política e a união económica e monetária. Mas, até hoje, nem esta Assembleia nem os partidos da oposição foram ouvidos ou têm, sequer, conhecimento das posições finais que o Governo Português pretende defender em matérias da maior importância para o futuro do País.

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que o exercício da presidência das Comunidades Europeias «é um momento de grande responsabilidade nacional». A competência do Governo para exercer a presidência não está em causa. Impunha-se, porém, para que ela tivesse uma efectiva natureza nacional, que da sua preparação e do acompanhamento do seu desenvolvimento o Governo não afastasse ostensivamente outros órgãos de soberania e os partidos da oposição. Mas, e uma vez mais, as suas concepções da democracia levam-no a confundir «responsabilidades nacionais» com «responsabilidades do Governo» e levam-no, finalmente, a tender a identificar a Nação com a sua própria pessoa. A este respeito deixo duas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Entende ou não o Sr. Primeiro-Ministro que a conclusão das negociações sobre a união política e a união económica e monetária coloca a exigência democrática de, prévia e atempadamente, o Governo ouvir e debater essas matérias com a Assembleia da República e os partidos da oposição?

Quando, e de que forma, o Governo dará a conhecer à Assembleia da República o seu programa para a presidência? Mais especificamente: está o Governo disponível para, à semelhança do que fizeram, por exemplo, França e Holanda, vir a esta Assembleia debater o seu programa de presidência e confrontá-lo com as opiniões e sugestões das oposições?

No que respeita às desigualdades e injustiças sociais que atingem e marginalizam «importantes e significativos sectores da sociedade portuguesa, tanto no plano material como no da formação cultural e da participação cívica» — cito o Sr. Presidente da República —, é certo que o Sr. Primeiro-Ministro surge agora a falar na aposta na «qualidade», no «combate à pobreza» e à «exclusão e marginalização sociais». Parece mesmo querer apropriar-se de expressões e de objectivos até há pouco ausentes quer do seu discurso quer, fundamentalmente, da política e da acção dos governos a que presidiu.

Sr. Primeiro-Ministro, este novo discurso representa o reconhecimento de realidades do nosso país que o senhor e o seu anterior governo sempre negaram existir, designadamente durante a interpelação do PCP sobre a problemática do desenvolvimento?

O Programa do governo, particularmente na parte laboral, desmente a sinceridade de tal discurso, ao prever

mais despedimentos, ao recuar na promessa de redução do horário de trabalho e ao revelar intenções — que escondeu no programa eleitoral — quanto, por exemplo, à mutilação da lei da greve. Desta forma, o Governo demonstra querer acentuar a sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a justiça social.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Bem observado!

O Orador: — E como quer o Governo prosseguir uma política de resposta a carências e anseios das populações, em particular daquelas camadas e grupos excluídos e marginalizados dos proclamados «sucessos» da democracia portuguesa, quando, no que respeita à Administração Pública, o Programa aponta para a desregulamentação e para a redução da intervenção dos serviços do Estado na protecção dessas camadas e grupos?

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que o seu governo quer «honrar os compromissos eleitorais que assumiu perante os Portugueses». Pela nossa parte, posso, desde já, assegurar-lhe que o Grupo Parlamentar do PCP confrontará permanentemente o Governo e o PSD com a exigência de concretização de promessas que, por razões eleitorais, o PSD se viu obrigado a assumir durante a campanha eleitoral.

Mas a experiência mostra que muitas promessas, cuja concretização seria positiva para largas camadas da população, mais uma vez não passarão de meras promessas. Os primeiros exemplos já estão à luz do dia. Ou considera o Sr. Primeiro-Ministro que os irrissórios aumentos nominais das reformas de 12 % ou 13%, há dias decretados, honram o compromisso que o PSD assumiu na campanha eleitoral de aproximação do valor das reformas mínimas ao do salário mínimo nacional!?

E é com a publicação, após as eleições, das peças mais gravosas do pacote laboral ou com a onda de despedimentos colectivos que desde então foram anunciados, e alguns já concretizados, que o Governo vai cumprir as suas promessas de melhoria na estabilidade e na qualidade do emprego?

E onde estão, Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção ou no Programa do Governo, as alterações substanciais de política que possam dar crédito à sua promessa eleitoral de «assegurar as condições para que todos os portugueses tenham acesso a uma habitação condigna», promessa essa que, aliás, já não consta sequer do Programa do Governo?

Mais uma vez o Primeiro-Ministro e o Programa de um seu governo se comprometem a um extremo rigor e disciplina orçamental. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, que credibilidade pode ter tal compromisso quando é público o des controlo eleitoralista da execução orçamental no ano em curso, com um «buraco» que, segundo as fontes, varia entre os 130 e os 200 milhões de contos? E para superar essas situações de irregularidade, ou ilegalidade, vai o Governo proceder a operações ilegítimas de cosmética ou virá a esta Assembleia apresentar a correspondente proposta de alteração orçamental?

E já que me refiri à execução do Orçamento, pergunto como e quando vai o Governo resolver as gravíssimas carências financeiras com que neste preciso momento se confrontam as universidades públicas?

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em relação à situação económica do País e às suas perspectivas para o próximo futuro, o discurso

do Sr. Primeiro-Ministro também se alterou. Antes das eleições era o «sucesso» da política económica, as facilidades e as perspectivas favoráveis... se o PSD reeditasse a maioria parlamentar. Agora é a insistência nas «dificuldades» e nos «tempos recheados de obstáculos», visando preparar psicologicamente os Portugueses para políticas restritivas e de austeridade, que afectarão essencialmente os trabalhadores, os reformados, as camadas sociais mais desfavorecidas.

Mas essa alteração do discurso impõe mais algumas considerações. Em primeiro lugar, o Governo atribui agora as causas das «dificuldades» e dos «tempos difíceis» com que ameaça os Portugueses a uma conjuntura externa menos favorável. Mas, anteriormente, os mesmos Primeiro-Ministro e ministros recusaram e contestaram que o crescimento económico decorresse essencialmente das excepcionais condições favoráveis da envolvente externa. Não estamos afinal, Sr. Primeiro-Ministro, perante uma situação flagrante de utilização do critério de dois pesos e duas medidas por parte de V. Ex.^a e dos seus governos?

A segunda consideração é a de que as dificuldades económicas que o Governo agora anuncia assentam, essencialmente, no facto de durante os últimos anos o governo do Professor Cavaco Silva não ter sido capaz de aproveitar convenientemente as excepcionais condições externas nem de definir e implementar políticas internas coerentes para preparar adequadamente a economia portuguesa para os impactes do mercado interno e da união económica e monetária.

Em terceiro lugar, o reconhecimento pelo Governo da impreparação da economia portuguesa não é acompanhado, nem no discurso do Primeiro-Ministro nem no Programa do Governo, das orientações e políticas que conduzam à sua efectiva superação. Não há, por parte do Governo, orientações inequivocas que possam minimamente assegurar que a política económica sofrerá inflexões substantiais por forma a inverter a nefasta política prosseguida de favorecimento da actividade financeira em detrimento da actividade produtiva. Nada nos é dito sobre medidas que possam conduzir à necessária redução das margens de intermediação financeira, das taxas de juro activas e da pressão sobre o escudo.

O Sr. Primeiro-Ministro e o Programa agora apresentado calam o que o Governo se propõe fazer para relançar o investimento e inverter a actual situação de perda de quotas de mercado para as nossas exportações, embora pudicamente deixem agora cair a insustentável tese governamental de há tempos sobre o alegado défice virtuoso.

Sr. Primeiro-Ministro, o seu novo governo vai manter a política de valorização real do escudo ou promover uma política cambial mais adequada? Vai continuar a queimar etapas na liberalização dos movimentos de capitais ou, em acto de contrição, vai aproveitar cabal e eficazmente os períodos de transição negociados com a CEE?

Quais as principais políticas e medidas que o seu governo vai aplicar para promover e dinamizar a inadiável reestruturação e modernização da estrutura e especialização produtivas e para impedir o completo desmoronar do sector têxtil e da agricultura portuguesa?

Concretamente no que se refere à agricultura, o Programa não responde à encruzilhada em que a agricultura portuguesa se encontra, não rejeita claramente e sem ambiguidades a actual proposta de reforma da PAC, coloca na dependência exclusiva desta a lei de bases do desenvolvimento agrícola e ignora a necessidade da contenção do ritmo de quebra dos preços dos produtos e a redução dos custos dos factores de produção.

No Programa agora apresentado, o Governo anuncia a aceleração do processo de privatização das empresas públicas. O Sr. Primeiro-Ministro conhece a clara oposição do PCP a esse processo e as razões dessa oposição, nomeadamente porque o consideramos prejudicial para o futuro da economia nacional e para o desenvolvimento económico e social do País, porque se traduz, no essencial, numa transferência de empresas nacionais para o domínio do capital estrangeiro.

Mas importa que o Sr. Primeiro-Ministro nós clarifique, desde já, o que quer dizer a afirmação contida no Programa de «atenção ao esforço financeiro exigido» (aos grupos económicos portugueses) «em resultado da maior abertura e liberalização dos mercados». Quererá isso dizer que, afinal, as dificuldades que o Governo apregoa apenas irão atingir os mais desfavorecidos, os trabalhadores, os reformados, os agricultores e os pequenos e médios empresários e que para o grande capital nacional vão aumentar as facilidades e as benesses do Estado?

Pela parte do PCP, Sr. Primeiro-Ministro, queremos afirmar-lhe, clara e frontalmente, que combatremos todas as tentativas de endosso para os trabalhadores e outras camadas sociais mais desfavorecidas da factura resultante da inépcia da política económica prosseguida e dos desmandos orçamentais neste ano de eleições. Nesse combate faremos uso de todos os meios legítimos numa sociedade livre e democrática. Estamos em crer que nessa luta se empenharão igualmente outras forças políticas e sociais, na defesa de um País mais livre, mais justo e mais solidário.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, em nome da minha bancada quero saudar V. Ex.^a pela sua eleição e pela assumpção das responsabilidades que aqui faz perante a Assembleia da República, enquanto Primeiro-Ministro.

O discurso de V. Ex.^a que hoje aqui foi proferido deixou-nos, no entanto, alguma preocupação e perplexidade. Devo dizer que ele oscilou, em alguns domínios, entre a intervenção de Estado, que esperávamos, e a intervenção de campanha eleitoral, que julgávamos ter sido algo já do passado. Por isso, podemos dizer que, em alguma medida, parte do seu discurso nos desiludi, pela falta de inovação e por ter constituído uma gestão do passado.

Por outro lado, no respeitante ao debate e ao diálogo institucionais, V. Ex.^a produziu algumas afirmações que nos deixam uma certa perplexidade quanto a um equilíbrio, no momento em que chegou a afirmar que a ação da oposição era de baixa política, de má-fé ou de demagogia desenfreada. De facto, Sr. Primeiro-Ministro, essa agressividade não o honra, não estamos de acordo com ela; contudo não lhe responderemos.

Quando V. Ex.^a falou no diálogo institucional, seguramente — e aí coloque-se no nosso registo — defendeu um diálogo institucional útil, deseável e possível. Estamos, em absoluto, de acordo e esperamos que ele seja o prevalente e o maioritário na sua intervenção.

Por isso, a primeira questão que lhe coloco relativamente a esse diálogo institucional é a de saber se V. Ex.^a, enquanto presidente do partido que suporta o Governo e esta maioria na Assembleia, está disponível para conferir,

aquando da adesão política e sem prejuízo de responsabilidades institucionais próprias, à Assembleia o maior acervo de competências, regras, meios e condições para uma efectiva fiscalização do Governo.

Aplausos do PS.

Isto é, a questão que colocamos a V. Ex.^a é se considera que uma eficaz fiscalização do Governo pela Assembleia se pode continuar a fazer com os poderes que as actuais comissões de inquérito mantêm e se está disponível para que as comissões de inquérito sejam públicas, a elaboração das suas decisões seja plural, os seus relatórios e a documentação sejam consistentes e não estejam dependentes de estritas maiorias partidárias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta é uma questão decisiva quanto ao diálogo institucional real e não apenas proclamado.

Uma outra questão relativamente ao sistema político e não menos importante é a do sistema eleitoral. Como V. Ex.^a disse e bem sabe, os sistemas eleitorais procuram garantir três objectivos fundamentais: a estabilidade, o pluralismo e a aproximação aos eleitores. Seguramente que a estabilidade foi conseguida e era, aliás, uma pedra de toque do programa eleitoral e de ação política na campanha eleitoral de V. Ex.^a. Admito, como já foi admitido, que o resultado eleitoral não responde adequadamente à aproximação aos eleitores e ao pluralismo político, a ver pela opção que V. Ex.^a propõe quanto à alteração do sistema eleitoral. Mas, se assim for, a questão que para nós se coloca é a seguinte: V. Ex.^a apresentou propostas, prazos, poder-se-ia perguntar se eventualmente não estaria a designar salas, se não estaria a fazer um ultimato e, porventura e mais importante que tudo, se não estaria a pensar que esta matéria é uma matéria de revisão constitucional e que por isso exige prazos constitucionais.

A questão que coloco, por isso, a V. Ex.^a é a seguinte: a revisão constitucional normal é a partir de 1994; apresentou V. Ex.^a claramente, ou está a fazê-lo de modo claro, uma revisão constitucional antecipada? É esta a questão que deve ser respondida sem ambiguidades.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr.^a Presidente, também para si as minhas primeiras palavras, para lhe desejar felicidades no exercício do seu cargo, neste mandato, que agora recebeu.

Ao Sr. Primeiro-Ministro, legitimado naturalmente pelo resultado eleitoral, quero, em nome do interesse nacional, desejar-lhe um bom governo e assegurar-lhe também, pela nossa parte, que não nos demitiremos seguramente de cumprir o papel de uma boa oposição.

O Sr. Primeiro-Ministro ao dar-nos um primeiro esclarecimento sobre o conteúdo global do Programa do Governo, refere, e nesse Programa aí se explicita, os dois principais instrumentos do investimento público, que obviamente são, por um lado, o Programa de Investimentos da Administração Central (PIDAAC) e, por outro lado, o programa de apoio onde se espelha o programa de desenvolvimento regional com a participação dos fundos

comunitários. Exprime-se no Programa do Governo, e é verdade, que a partir de 1993 entrará em funcionamento um novo quadro comunitário de apoio com vigência até finais de 1997. Teremos então um novo plano de desenvolvimento regional.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, ao falar de regionalização, também no Programa do Governo se diz que ela «vale enquanto instrumento de desenvolvimento e de utilização mais eficaz e eficiente dos recursos públicos». E a minha perplexidade é a seguinte: se este é um objectivo estratégico para a regionalização — e estou de acordo —, como pode então explicar-se que não haja uma verdadeira programação estratégica entre o objectivo da aprovação de um novo quadro comunitário de apoio, de um novo plano de desenvolvimento regional após 1993, com a possibilidade de as futuras regiões administrativas entrarem em funcionamento antes desta data, condição aliás essencial para que os futuros objectivos de desenvolvimento regional no nosso país sejam genuinamente participados. Esta, a meu ver, uma verdadeira ausência de programação estratégica que o Programa de Governo não resolve.

Contudo, sucede que, se parece haver desta vez intenção do Governo em vir a aprovar a regionalização, então uma outra questão se coloca e ela prende-se com o domínio da divisão espacial das futuras regiões administrativas.

Se o Sr. Primeiro-Ministro anuncia que quer um programa global de revisão do sistema eleitoral, provavelmente até finais de 1992, se a modificação dos círculos eleitorais implica também a uma visão de conjunto sobre a divisão geográfica desses novos círculos eleitorais, não compreende V. Ex.^a ser elementar que a proposta para a configuração das novas regiões administrativas ande de passo com a proposta para a criação dos novos círculos eleitorais, para que então tenhamos uma verdadeira coerência no nosso sistema político e para que os círculos eleitorais eventualmente a criam no seu âmbito com o das novas regiões administrativas? Este é também um problema totalmente omitido no Programa do Governo e nas explicações do Sr. Primeiro-Ministro, de onde deduzo que há aqui uma segunda ausência de programação estratégica que valeria a pena superar.

Depois, ao avançar para a ideia de que é necessário globalmente encetar um trabalho para uma nova lei eleitoral, inclusive para as autarquias, o Sr. Primeiro-Ministro justificou essa atitude afirmando que se tratava de uma lógica de coerência interna na revisão dos dois sistemas eleitorais. Simplesmente, gostava de lhe perguntar como é possível sustentar uma coerência interna quando ao nível da lei eleitoral para a Assembleia da República se reafirma a defesa do princípio da proporcionalidade e quanto à revisão da lei eleitoral para as autarquias se passa a defender um princípio maioritário distorcido no processo de formação dos executivos municipais. Como o Sr. Primeiro-Ministro reparará o que aqui não há é qualquer coerência interna. De onde a minha conclusão: seria muito adequado que, quanto a objectivos essenciais de preparação estratégica para o desenvolvimento regional, para a criação das regiões administrativas, para a aprovação do próximo quadro comunitário de apoio e igualmente para a compatibilização dos princípios eleitorais fundamentais quanto aos órgãos representativos, o Governo revisse algumas das suas posições, uma vez que tem todo um tempo à sua frente.

Precisamos de um diálogo construtivo na base de posições claras; as posições que neste domínio o Sr. Primeiro-Ministro aqui apresentou hoje, desculpar-me-á que

lhe diga, são posições menos claras, para não dizer mesmo são posições contraditórias.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, as minhas sinceras saudações democráticas.

Sr. Primeiro-Ministro, aproveito o que disse há pouco sobre as suas propostas políticas — «que não seriam mera retórica mas verdadeiros compromissos». Relembro os compromissos públicos assumidos por V. Ex.^a durante a campanha eleitoral do PSD, que espero venham a estar todos contidos no Programa que hoje aqui veio apresentar e acentuo que desses compromissos constam objectivos sociais e económicos, de natureza estrutural, extremamente importantes e significativos, porque, por um lado, são em muitos casos idênticos a propostas anteriormente por nós formuladas e porque, por outro lado, a sua simples formulação já exprime claramente os graves problemas sociais e económicos que o País continua a sofrer.

Antes de formular a minha questão vou formular alguns desses seus compromissos, Sr. Primeiro-Ministro: facilitar o acesso dos cidadãos à justiça, independentemente das suas condições económicas; desenvolver uma política integrada de prevenção e combate ao flagelo dos fogos florestais; modernizar o sistema produtivo nos sectores industrial, agrícola e de serviços, de modo a alterar a especialização internacional da economia portuguesa —objectivo que nos é, como sabe, muito grato—; construir a segunda ponte sobre o Tejo e a CRIL — esperemos que seja desta vez—; expandir o metropolitano de Lisboa e instalar a rede de eléctricos rápidos do Porto; reestruturar os sectores industriais tradicionais, nomeadamente o têxtil, o de vestuário e o de calçado, através de instrumentos de apoio específico; garantir a todos a escolaridade obrigatória de 9 anos e iniciar o seu alargamento para 12 anos; ao nível do ensino superior, promover o aumento da sua frequência, criando até 1993 um número de vagas correspondente ao número de candidatos e respeitar as suas preferências; promover o acesso dos jovens à habitação, aperfeiçoando o sistema de crédito bonificado e apoiando a construção de habitação a custos controlados; prevenir e combatir as novas formas de pobreza; desenvolver o apoio domiciliário e o recurso a famílias de acolhimento, combatendo a solidão dos mais idosos; revalorizar os salários, tomados em consideração no cálculo das pensões — objectivo desde há muito prosseguido pelo PS e sucessivamente chumbado nesta assembleia pela maioria do PSD—; comparticipar financeiramente os encargos com medicamentos por parte dos pensionistas com menos recursos e doenças crónicas — objectivo também amplamente divulgado no programa eleitoral do PS—; eliminar os bairros de barracas, promovendo o realojamento das famílias carenciadas numa acção concertada com as autarquias locais; reforçar e alargar os subsídios de renda para apoio aos inquilinos em situação económica difícil — também questão, aliás polémica, que o PS levantou no seu programa eleitoral.

Como é óbvio, este conjunto de compromissos, que, queremos acreditar, correspondem a uma vontade séria de resposta, trazem consigo um grande esforço financeiro do Estado. É imprescindível esse esforço para garantir a execução desses compromissos e a pergunta singela que

querer fazer é a seguinte: como se compatibilizará esse grande esforço financeiro com as metas de disciplina orçamental, com a drástica redução da importância do défice público no produto interno, que têm sido por diversas vezes anunciadas pelo seu governo e reiteradas pelo novo Ministro das Finanças? Será que essa compatibilização se vai fazer pelo aumento de impostos, um aumento a ritmo superior ao do crescimento económico, ou será que, pelo contrário, ela se dará com uma queda de importância de certas despesas públicas no produto? Se for esta segunda via gostaríamos de saber quais são essas despesas a sacrificar.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar gostaria de referir o meu gosto em ver de novo uma mulher na vice-presidência da Assembleia e gostaria também de prestar pública homenagem à Sr.^a Deputada Manuela Aguiar pela forma como exerceu as funções de Vice-Presidente desta Casa.

Aplausos gerais.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor foi eleito para governar este país. Também eu e os meus colegas fomos eleitos para sermos oposição e quero dizer-lhe que o seremos, de forma responsável e frontal, durante os seis meses da presidência portuguesa como durante todo o restante mandato.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Faz hoje precisamente uma semana que estive na Haia, em representação da Assembleia da República, na Conferência das Comissões dos Assuntos Europeus dos Parlamentos da CEE, onde esteve presente o Primeiro-Ministro da Holanda, e verificámos, nessa reunião, que em todos os parlamentos da Europa se estavam a fazer debates sobre a posição dos respectivos governos no Conselho Europeu de Maastricht.

Gostaria de saber — e esta a primeira pergunta —, Sr. Primeiro-Ministro, se, dando a esta Casa, de novo, o papel central de fonte de poder em democracia, como dizia o Sr. Presidente da Assembleia da República no seu discurso de posse, V. Ex.^a virá a esta Casa dizer-nos qual a posição que vai assumir no Conselho de Estado de Maastricht e se vem aqui receber o mandato para a posição que irá assumir.

Nesse Conselho Europeu vai fazer-se uma refundação da CEE com a revisão dos Tratados, que serão ratificados na Assembleia da República durante o ano de 1992. Pergunto qual é a sua posição sobre a necessidade de se realizar um referendo nacional durante o ano de 1992 para que haja uma ampla discussão sobre esta refundação da Europa.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr.^a Presidente, permita-me que, em jeito de cumprimento, faça minhas as palavras da Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

Sr. Primeiro-Ministro, falou muito pouco na educação para esta ser uma prioridade, mas ainda se lembrou de referir a reforma educativa. Porém, toda a gente sabe, em Portugal e na Europa, que uma reforma educativa tem de ter um rosto — é assim em França, em Inglaterra e na Holanda. Acontece que, para o melhor e para o pior, em Portugal, a reforma educativa teve um rosto, o do engenheiro Roberto Carneiro, e todos sabem também que tudo ficou na soleira da porta, que a reforma educativa ficou num estado muitíssimo delicado, como foi o seu princípio, muito precário e desorientado e que ainda se não fixou.

Ora, o senhor perdeu o rosto dessa reforma e também já vai, nos seus governos, no terceiro Ministro da Educação, com uma agravante: é que o anterior estava demitido desde há um ano. O novo governo vai demorar muito tempo a saber dos *dossiers* das reformas, tempo esse decisivo e essencial para «amparar» os primeiros passos de qualquer reforma. Isso porque o sistema educativo, no básico e secundário, comporta 2 milhões de alunos, Sr. Primeiro-Ministro, 120 000 professores e 12 000 escolas.

Já se criou um enorme hiato, nos últimos 12 meses — desde que o engenheiro Roberto Carneiro disse que se ia embora e desde que faltaram os milhões para a educação — houve um grave declínio, a falta de qualidade é crescente e o «buraco» orçamental de 70 milhões de contos torna-se apenas num pequeno aspecto. Como é que se pode recravar uma ideia de reforma, que é o aspecto mais saliente da educação como prioridade, com o quadro crescente de inquietação e crise no sistema educativo? Então que prioridade para a educação?

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, que pensar das recentes promessas eleitorais, como a de dizer que em 1993 todos os alunos candidatos ingressarão no ensino superior, visto isso não se reflectir agora no Programa do Governo? E que dizer das expectativas, goradas, de um aumento percentual da razão do produto interno bruto para a educação terem ficado muito aquém do antes prometido, ou seja, em dois pontos percentuais, no anterior mandato? É que todo o crescimento previsto nos vários programas para os anos seguintes partia, em 1991, desse ponto de referência essencial. E agora, Sr. Primeiro-Ministro?

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Ângelo Correia.

O Sr. José Ângelo Correia (PSD): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, as minhas palavras de saudação para si, nossa companheira de longa data, a quem descemos, obviamente, as felicidades que seguramente merece e vai ter.

Sr. Primeiro-Ministro, quem leu rapidamente, como é o meu caso, devido à escassez de tempo, o Programa do Governo, do XII Governo Constitucional, e ouviu a sua intervenção — intervenção de aplaudir, aliás — constata que a única diferença entre os temas é o realce que o Primeiro-Ministro quis dar àqueles que introduziu no seu discurso. Isto é, o Primeiro-Ministro pegou nas questões que considerou mais prioritárias, mais sensíveis, mais importantes do Programa do Governo e deu-lhes um destaque particular no discurso nesta Assembleia. É um método correcto, politicamente adequado a esta Assembleia da República, mas vou, pela minha parte, tentar encontrar duas formulações do discurso de V. Ex.^a, referindo-se a primeira à Lei Eleitoral.

Saudo, saúdo com toda a convicção de alguém que há mais de 10 anos se bate pela revisão do sistema eleitoral português, o discurso e o tempo que o Primeiro-Ministro perdeu — eu diria, ganhou — a introduzir este tema nesta Assembleia, por duas razões elementares: uma de método político e outra de substância política.

A razão de método é esta: o Primeiro-Ministro, consciente de que este é um tema de elevada densidade e intensidade política, que mexe com densidades e garantias, que mexe com a trave mestra do sistema que nos rege, solicita à oposição um diálogo construtivo. Se há necessidade de encontrar um *ex libris*, um emblema para a acção política deste governo, o XII Governo Constitucional, a primeira palavra é solicitar diálogo e consenso nesta questão — obviamente ampliável a muitas outras —, é o tema fundamental que a oposição e o País vão sentir da parte deste governo.

Em segundo lugar, a razão da substância. É curioso como alguns deputados que no passado têm feito questão fundamental de realçar a dignidade do Parlamento, a força do Parlamento, a necessidade de prestigiar a instituição parlamentar, esquecem um dado elementar: só há prestígio do Parlamento se os seus membros forem prestigiados; só há força do Parlamento se cada deputado que aqui se sentar tiver força política própria. E não os há com o actual método eleitoral! O actual método eleitoral privilegia tudo menos a força política do deputado. Por isso, quanto mais elevada é a área e a representação nominal dos vários deputados numa escala política, menor será a sua força política. Quanto mais restrito é o círculo, mais a ligação se faz às bases, mais a ligação e o vínculo proporcional e representativo é evidente e emanente.

Quando o Primeiro-Ministro, já retomando uma tradição de há dois anos, solicita uma vivificação do Parlamento através de uma alteração da lei da sua eleição, o que o Primeiro-Ministro está a pedir, em nome do próprio Governo e do partido que lhe está ligado, é uma dignificação do Parlamento. Não podemos deixar de sentir como a nota mais dominante no seu Programa do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro vir, claramente, lançar uma atitude política não só de diálogo mas, sobretudo, de represtigiação da instituição parlamentar. É um facto a que esta própria Assembleia não pode ficar alheia.

E se outros lhe ficarão alheios é porque não querem a dignificação do sistema parlamentar e não se invoquem razões de não democraticidade, nem sequer de alheamento do Primeiro-Ministro e do seu partido em relação à lei anterior. A lei anterior permitiu que por duas vezes, por maioria absoluta, fossemos eleitos. Não se diga que uma França, uma Inglaterra, uma Alemanha ou uma Dinamarca não são países democráticos, tendo leis eleitorais análogas àquelas que hoje em dia pretendemos introduzir. Não faz sentido tomarmos de exemplo alguns países e negarmos, desses mesmos países, traços fundamentais dos seus sistemas políticos, que queremos copiar.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Mas isso são perguntas ou são elogios?

Risos do PS e do PCP.

O Orador: — São constatações que V. Ex.^a, no seu interior, já fez mas que não tem coragem de dizer alto no seu partido.

Aplausos do PSD.

Às vezes há silêncios comprometedores mas compreensíveis!

Risos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, a segunda e última questão refere-se à prioridade que V. Ex.^a, no seu discurso, quis dar à questão da Europa.

Construiu-se o mercado interno único a uma velocidade notável e com uma profundidade reconhecida. A velocidade a que se está a construir a união económica e monetária não é paralela e a velocidade a que se está a construir a união política ainda torna mais difícil a apreensão do problema.

A própria noção de duas velocidades, que se introduziu em alguns, nos últimos tempos, torna visível a questão.

O impasse relativo que se está a viver, em matéria da união política, é tal que a decisão de Maastricht pode ser possível, pode ser manifesta, mas pode ser uma fasquia de tão baixa altura que não sirva para nada. A minha pergunta vem, aliás, na sequência de intervenções feitas, há 15 dias, nesta Assembleia pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia — e chamo a atenção dos deputados Octávio Teixeira e Helena Torres Marques para isto — exactamente sobre o que é que o Governo queria para Maastricht.

Portanto, em relação a esta questão, ao impasse relativo que se vive no que toca a este problema, pergunto: acha possível ou não que a velocidade com que construímos — e Portugal participou nisso — o mercado interno único não seja a mesma, havendo um eventual protelamento de decisões que atinjam o núcleo duro da união política? Por outras palavras, aceita ou não o princípio de que podemos construir uma Europa de mercado interno por transferência, de ligação aberta, de osmose de pessoas, bens, serviços, mercados, mas que na união política esse fenómeno não seja configurável a curto prazo, antes caminhemos para formas típicas de mera cooperação institucional?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Barreto.

O Sr. Álvaro Barreto (PSD): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, gostaria também de me associar a todos os restantes parlamentares que saudaram a sua presença. Tive o raro privilégio de trabalhar e colaborar consigo noutras instâncias, conheço a sua capacidade pessoal e estou certo de que exercerá o seu lugar com grande brilho e com grande ganho para esta Câmara.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se trata, obviamente, da primeira vez que uso da palavra neste hemiciclo, mas é a primeira vez que a uso como membro desta Assembleia e gostaria de dizer a todos os parlamentares aqui presentes que o faço com grande prazer. Os momentos altos que vivi noutras ocasiões, em debates activos e duros, constituíram para mim boas recordações da vida deste hemiciclo, mas é com o mesmo prazer e com a mesma honra que iré exercer o meu lugar de deputado, participando nos trabalhos desta Assembleia com o mesmo entusiasmo e defendendo os mesmos princípios que defendi quando noutras instâncias.

Sr. Primeiro-Ministro, iré fazer-lhe algumas perguntas bastante concretas. Verifico que assume particular

importância na política do Governo a continuação da política de privatizações. Trata-se de uma política de grande importância em diversas frentes, não só ao transferir para o sector privado, claramente mais eficiente, a gestão de sectores que por anomalia vieram cair no sector público, mas também por ir criar receitas financeiras importantes para fazer face à diminuição do défice orçamental. Trata-se obviamente de um problema de enorme complexidade e estou consciente de que, seja qual for a linha seguida, haverá sempre alguém que encontre razões para fazer as suas críticas. Existe, como base, o princípio da transparência e do rigor, que me apraz registar ter sido sempre seguido até agora e que — e estou certo pelo que conheço de V. Ex.^a e dos restantes membros desse governo — será também seguido no futuro.

No entanto, além da vertente «recursos financeiros» — é dito no Programa do Governo e merece o meu inteiro apoio —, há a vertente de aproveitamento da política de privatizações para fortalecer grupos económicos nacionais que tão importantes vão ser no mercado único, que se aproxima a passos gigantescos. Tenho para mim, e talvez esteja a ser injusto, que a vertente «recursos financeiros» terá prevalecido nesta primeira fase do processo de privatização. Sei que é sempre difícil o equilíbrio, mas gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, se, na continuação deste trabalho, a vertente «apoio à formação de grupos económicos nacionais» fortes e com dimensão de competir em mercado aberto ou mercado único, não irá ocupar um lugar mais importante do que talvez tenha ocupado até agora.

Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria também de saber se há alguma intenção por parte do Governo de, em casos especiais — e sei que não serão muitos —, fazer uso daquilo que a lei permite, que é lançar mão de uma negociação directa em vez do privilégio do tipo de privatização que foi seguido até agora. Sei que a negociação directa é sempre mais passível de críticas, é sempre mais passível de se indicarem que existem favores ou desígnios escondidos, mas, sinceramente, Sr. Primeiro-Ministro, penso que certas privatizações, em especial quando se põe o problema da vertente «fortalecimento de grupos económicos nacionais», talvez sejam a solução mais adequada. Daí, a minha pergunta: tem o Governo intenção de lançar mão dessa possibilidade ou vai prosseguir as privatizações sem fazer uso dela?

No campo da integração europeia, já V. Ex.^a e o meu companheiro de bancada engenheiro Angelo Correia, realçaram a importância que vai ter a presidência portuguesa no 1.º semestre do próximo ano. Sei também, do que conheço das pessoas que vão participar activamente nesse processo, que ela vai ser com certeza um momento de prestígio para Portugal e para todos aqueles que vão colaborar nele. Mas durante a presidência portuguesa vai pôr-se o problema da revisão dos fundos estruturais, que é um assunto que tem a maior relevância para o futuro de Portugal.

Portanto, gostaria de saber, Sr. Primeiro-Ministro, se na estratégia a seguir se vai privilegiar e apoiar a criação de um fundo de coesão social económica, sempre com o objectivo, aliás, defendido fortemente pelo Governo de V. Ex.^a, de que a entrada no mercado único tem de ter essa vertente em linha de conta, ou se, pelo contrário, poderá ser mais eficiente fazer a reformulação dos critérios e das regras dos fundos já actualmente existentes, não aumentando o seu número, fazendo convergir para os países

mais necessitados as verbas de que esse eventual reforço venha a ser alvo.

A última pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, refere-se à aplicação da Carta Social Europeia.

Trata-se de um princípio no qual se pretende — e é absolutamente justo — que o nível de vida dos trabalhadores seja beneficiado com o processo da integração económica e financeira. É obviamente um processo a que o nosso governo já deu o seu apoio em linhas gerais, mas interrogo-me a mim próprio — talvez esta questão seja alvo de discussão quando da intervenção do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não resisto à tentação de colocar aqui hoje esta pergunta — se a aplicação pura, simples e directa de algumas das directivas que têm estado a ser apresentadas em Bruxelas não poderá talvez, rapidamente, vir diminuir mais a competitividade do sector produtivo nacional, criando-nos dificuldades acrescidas nesse enorme desafio que corresponde à nossa entrada no mercado único?

Aplausos do PSD e do CDS.

A Sr.^a. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira Martins.

O Sr. João Oliveira Martins (PSD): — Sr.^a Presidente, quero associar-me aos colegas que me precederam e saudá-la efusivamente por a ver nesta Câmara, nesse lugar.

Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a tomou uma posição muito activa no Conselho Europeu com vista ao estabelecimento de um programa de redes transeuropeias que, a ser concretizado, diminuiria muitos dos obstáculos derivados da periferia num país como o nosso. Também sabemos que a execução do financiamento de um programa dessa índole depende da vontade expressa de muitos países; portanto, transcende a nossa capacidade de pôr em prática um programa desta natureza.

Pode esclarecer-nos dizendo se há alguma esperança, se há, digamos assim, condições para que alguns países que têm estado mais relutantes no financiamento desse programa possam fazê-lo, no quadro desta negociação que está em curso até ao fim do ano?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Sendo um estreante nesta Casa, quero pedir a vossa benevolência e começar por manifestar a minha sincera admiração por todos aqueles que, na história desta Câmara, lutaram pela dignificação da Assembleia da República, ajudaram a construir a nossa democracia e deram sempre bom azo ao confronto de ideias, de políticas, sem o qual as democracias se tornam monocóleras, sem graça e muitas vezes amorais.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, quero que me perdoem por não me deixar sucumbir pelo peso da tradição e procurar trazer a esta Casa talvez uma maneira de estar diferente, respeitando em grande medida aqueles em que me revejo no lugar que hoje ocupo. Esses não estão particularmente aqui, mas constituem — é a minha convicção — a grande força geracional que pode, efectivamente, mudar o País.

Sr. Primeiro-Ministro, no Programa do Governo que aqui apresentou, e tão enxuto que não trazia introdução, prestei particular atenção às suas palavras. Disse o Sr. Primeiro-Ministro que, nos últimos quatro anos, se empenhou o seu governo em fazer grandes reformas no País. Sentimo-lo tanto que achamos que, neste próximos quatro anos, havia condições para apostar, não tanto e vagamente no País, porque essa é sempre uma aposta permanente, mas, particularmente, nas pessoas, nas próprias pessoas que constituem o País e a Nação.

Não tenho dúvidas de que as novas gerações, aquelas que em grande medida contribuíram para a sua vitória eleitoral, têm os olhos postos neste novo mandato que se vai desenrolar e não estarão à espera, com certeza, de que a aposta nas novas gerações fique confinada apenas à política de juventude.

E se tenho de me congratular com o facto de, na sua apresentação, aqui ter sublinhado o sentido estratégico de apostar nos jovens enquanto protagonistas de progresso, gostaria de perguntar-lhe o seguinte: está o Sr. Primeiro-Ministro consciente de que essa aposta transcende em muito a mera política de juventude? Está o Sr. Primeiro-Ministro consciente de que essa política de juventude, que teve durante muito tempo um grande rosto e que agora ganha outros, precisa, também ela, de ser reforçada?

Em segundo lugar, das grandes reformas que foram empreendidas nestes últimos quatro anos, ficámos sem saber se, para além da formalidade da arrumação de pastas, o seu governo vai ou não dar um particular destaque às questões do ordenamento, sem que fique excessivamente preso aos princípios do planeamento, mas que venha a beneficiar de novos princípios importantes que o seu próprio governo trouxe à maior dignidade institucional e que são alguns princípios do ambiente.

Faço-lhe esta pergunta porque seria pouco entusiasmante saber que, de uma política de ambiente que, com certeza, molda aquilo que vai ser feito de estrutural para os próximos quatro anos, ficavam de fora alguns instrumentos, na forma como o Governo vai intervir, que têm de facto a ver com o dia-a-dia que cada um de nós vive, seja nas grandes cidades, seja no interior do País.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que comungamos com o senhor — pelo menos a JSD esteve sempre com essa preocupação — na aposta no projecto europeu, sabendo que Portugal é uma Nação que não está apenas contida na Europa. Quero perguntar-lhe (se não é uma figura de retórica) se está ou não o Sr. Primeiro-Ministro também consciente de que o resto das comunidades portuguesas têm, para além da Europa, um papel preponderante na nossa identidade nacional, que merece ser acautelado, porque é essa, creio eu, a grande aspiração de quem traz uma herança, nas novas gerações, da Nação que construímos e que sabe que se está a jogar hoje, nos tempos conturbados que caracterizou, grande parte do seu futuro na História.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro para responder às questões que lhe foram colocadas, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados que o fizeram as palavras de cumprimento que me dirigiram e dizer a todos os meus colegas deputados que darei a contribuição de que for capaz para a dignificação da Assembleia da República.

Para responder, tem, então, a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por agradecer as numerosas perguntas que me foram formuladas pelos Srs. Deputados e, antecipadamente, pedir desculpa por qualquer eventual omissão que faça em relação às questões que me foram colocadas.

Quero também recordar que este debate continuará na próxima quarta-feira, estando aqui todo o Governo e, por isso, nessa altura os Srs. Ministros terão oportunidade de completar as respostas que neste momento vou dar às questões que me foram colocadas.

Começaria, como é óbvio, pela Sr.^a Deputada Isabel de Castro, que referiu, em primeiro lugar, o falhanço da nossa política ambiental. Permita-me que discorde, embora partilhe da opinião que exprimiu inicialmente de que ainda vivemos num país com grandes desequilíbrios ambientais e também sociais. Essa é, aliás, uma das razões por que estamos aqui. Mas penso que o meu anterior governo foi, de alguma forma, pioneiro nesta matéria ao atribuir-lhe uma importância que até aí não lhe era conferida.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Criámos o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e assumimos uma posição mobilizadora quanto àquilo que eu chamaria a «consciência ecológica nacional».

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tal como a Sr.^a Deputada, defendemos um desenvolvimento sustentado, porque entendemos que as questões ambientais são questões de responsabilidade: de responsabilidade em relação aos outros e de responsabilidade quanto às futuras gerações. E não queremos, de forma nenhuma — e eu próprio o afirmei no meu discurso —, um desenvolvimento a qualquer preço!

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E por isso temos de respeitar um património que é de todos: é dos que já nasceram e é daqueles que não só não têm ainda capacidade de voto como ainda não nasceram.

Defendemos, Minha Senhora, a participação das associações ambientais e já demos prova disso. Não sei se a Sr.^a Deputada faz parte ou não de alguma dessas associações em posição destacada, mas se faz já foi, com certeza, convidada a participar em alguns encontros que têm sido realizados entre membros do Governo e associações de defesa do ambiente. Por nossa iniciativa, foi-lhes atribuído um lugar relevante, na medida em que consideramos que elas podem dar um contributo importante para a criação de uma verdadeira «consciência ecológica» no nosso País. De resto, a Sr.^a Deputada sabe que nós estamos a respicar a Lei de Bases do Ambiente.

Minha Senhora, custa-me ver referir a questão dos incêndios como «arma de arremesso» ao Governo.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A sua preocupação, a sua tristeza em relação aos incêndios não é, com certeza, maior do que a nossa. A Sr.^a Deputada não tem o monopólio do coração!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pode estar muito preocupada, mas tem de reconhecer que nós também revelamos essa mesma preocupação!

Falou no desordenamento da nossa floresta e aí eu não a contesto. Só digo que esse desordenamento vem de um passado de décadas e que só agora é que estão a desenvolver-se políticas claras, correctas, visando um melhor ordenamento florestal.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E o mesmo diria em relação à sua referência ao trabalho infantil, que é qualquer coisa que tem de envergonhar-nos!

Só que não é só a Sr.^a Deputada que lança esse grito de alarme. V. Ex.^a conhece, com certeza, muitas das razões que estão por detrás do trabalho infantil: sabe que há razões culturais, sabe que muito trabalho infantil tem a convivência de familiares, a convivência de patrões — com certeza! — e também a convivência de delegados sindicais.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Prove lá isso, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Mas nunca encontrará da nossa parte uma postura de acomodação em relação ao trabalho infantil. Sabemos que não é apenas pela repressão que se combate o trabalho infantil! Foi por essa razão, aliás, que lançámos o programa «Educação para todos», que tem como objectivo primordial combater esse tipo de trabalho!

Nem tudo está feito, mas alguma coisa já foi feita! Mais tem de ser feito ainda, mas não apenas pelo Governo. Não há possibilidade de colocar um polícia em cada fábrica, em cada casa. É uma nova atitude que temos de criar nalgumas zonas do nosso país e que requer o empenhamento do Governo, dos parceiros sociais, da Igreja e de outras associações de solidariedade social.

Por isso, Minha Senhora, embora partilhando da sua preocupação, quero-lhe dizer que não dispõe do monopólio em relação a esta matéria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado André Martins começou por falar de economicismo, mas com uma tónica pejorativa. Já agora permita-me que lhe explique um pouco mais o que é economicismo, que não é nada daquilo que o Sr. Deputado está a pensar!

Risos do PSD.

É precisamente o contrário: economicismo é o contrário do desperdício! E quando se refere, em termos correctos, economicismo é para maximizar os resultados da utilização de um escudo que sai da bolsa dos contribuintes (seja um resultado no domínio cultural, no domínio tecnológico, no domínio científico ou no domínio ambiental). O que nós queremos é que com um escudo seja possível alcançar o mais possível (agora falando no domínio da preocupação ambiental que o Sr. Deputado aqui referiu).

Se o Sr. Deputado se preocupa com o bolso dos contribuintes deveria ser um defensor permanente do economicismo. O contrário representa o desperdício de recursos, isto é, para combater uma preocupação no domínio ambiental gastar dinheiro com desleixo. Este governo nunca será a favor do desperdício!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No sentido que acabei de enunciar, tenho muito prazer de introduzir na avaliação de todas as despesas a preocupação do economicismo.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ó, Sr. Deputado, eu não esperava isso de si!... Eu não esperava que o senhor me viesse perguntar por que é que a televisão não mostrou os peixes do Maranhão!...

Risos do PSD.

Ó, Sr. Deputado, é o senhor, e não o Primeiro-Ministro, que tem de perguntar! Então o senhor, que defende a independência dos órgãos de comunicação social, quer agora que o Primeiro-Ministro seja um fiscal permanente das notícias que em cada dia passam no noticiário das 13 horas, das 19 horas e 30 minutos, das 24 horas?... Tenha pena do Primeiro-Ministro, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O senhor vai lá tantas vezes...

O Orador: — Sr. Deputado Narana Coissoró, agradeço sinceramente as felicitações que o senhor e os seus colegas de bancada, Srs. Deputados Adriano Moreira e Nogueira de Brito, me dirigiram no início das suas intervenções.

Quero, no entanto, dizer-lhe que não sou o único vencedor. O vencedor destas eleições foi o Partido Social-Democrata, de que muito me honra ser o presidente da comissão política!

Aplausos do PSD.

Mas se tenho muito prazer em começar por agradecer as suas amáveis palavras, quero dizer-lhe que fiquei um pouco surpreendido que tenha reafirmado que não retira uma única vírgula daquilo que disse em campanha eleitoral. Penso que não estava a referir-se à sua própria pessoa...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ao meu partido!

O Orador: — É que, Sr. Deputado, há pelo menos uma coisa que não aconteceu: os impostos não aumentaram no dia 7 de Outubro!

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Há tempo!...

O Orador: — E, pelo menos, aí vale apenas se não pôr uma vírgula abrir um parêntesis e dizer: «7 de Outubro» era em sentido figurativo.» Ao menos isso, Sr. Deputado!

Risos do PSD.

Tal como, Sr. Deputado, não reduzimos as pensões. Não reduzimos as pensões nem em valor monetário nem em valor real!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vamos ver!...

O Orador: — Ó, Sr. Deputado, já vimos! Aí já conquistou o erro, portanto já não se livra dele!

Risos do PSD.

Não sei, aliás, como é que se vai conseguir livrar dele...! Isso já não é uma questão de vírgula, mas, sim, de parágrafo, de folha inteira!

Aplausos do PSD.

Mas eu comprehendo: em campanha eleitoral cometem-se sempre — e todos nós o fazemos! — alguns excessos!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Como os frigoríficos!...

O Orador: — Sr. Deputado, eu até gostaria de discutir consigo essa questão dos frigoríficos, mas, como não quero deixar em aberto muitas das questões que me colocaram, por agora não vou fazê-lo. É porque o erro que alguns cometem é o de fazer as perguntas que os outros sugerem que sejam feitas. Se fizessem aquelas que eles próprios sabem que são capazes de fazer não cometiam às vezes alguns pequenos erros que não têm nada a ver com aquilo que o Primeiro-Ministro exprime nas suas intervenções (mesmo em campanha eleitoral!...).

Mas creio que me atacou por eu ter referido um instituto parlamentar: o do inquérito — aliás, confesso aqui, perante todos, que era esse mesmo instituto que tinha na minha mente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Via-se...

O Orador: — Não é que esteja contra o inquérito, Sr. Deputado! O que penso é que não é prestigiante para esta Assembleia utilizá-lo como arma de arremesso ao Governo, como instrumento de desgaste.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Isso conduz à sua banalização! Para essa figura ser prestigiada tem de ser selectiva e escolhida para casos muito especiais. Caso contrário, ela será desprestigiada!

Desculpem que vos diga, mas penso que alguma coisa ocorreu nesse sentido na última legislatura: houve sempre a preocupação de iniciar os inquéritos parlamentares, mas para acabá-los alguns de certas bancadas fugiam deles «como o Diabo da cruz»!

Aplausos do PSD.

Não temos diferenças em relação à importância da família, só que não considero que tal exija a criação de uma Secretaria de Estado da Família. Ela é uma das nossas preocupações, por isso existe a Direcção-Geral da Família, integrada no Ministério do Emprego e da Segurança Social, e o nosso programa consagra algumas linhas orientadoras nesse domínio, o que revela bem a importância que lhe atribuímos.

Sr. Deputado Adriano Moreira, na minha intervenção não insinuei qualquer atitude menos responsável, por parte desta Câmara, em relação à questão nacional que é o exercício da presidência das Comunidades.

Estamos no início da legislatura e é a partir daqui que vai iniciar-se a actividade de fiscalização e de análise crítica das propostas do Governo por parte dos deputados desta Câmara e, ao mesmo tempo, a observação que o Governo faz do trabalho de cada grupo parlamentar, o que é normal.

Em relação à presidência das Comunidades, questão que foi levantada por vários Srs. Deputados, queria começar

por esclarecer um ponto que vale a pena estar presente em todos nós: é que se há presidências que sejam condicionadas pelo trabalho da anterior presidência, é difícil encontrar outra que o seja de forma mais forte do que a presidência portuguesa.

Como sabem, estão neste momento em discussão os projectos da união política e da união económica e monetária e não há a certeza de que possamos terminar esse trabalho em Maastricht. Portugal é defensor de compromissos a Doze e não de compromissos preparados por um número reduzido de países para que a Cimeira de Maastricht seja um sucesso.

Quero também dizer que hoje me encontro menos pessimista quanto ao resultado dessa cimeira do que aquilo que acontecia há algumas semanas atrás. Se a cimeira for um sucesso, compete muito à presidência portuguesa da Comunidade fazer o *follow-up* da união política e da união económica e monetária. Acontece também que se aproxima a data meta de 1992 para a criação do mercado interno e todos nós olhamos agora com muito interesse para as directivas que ainda têm de ser aprovadas e para aquelas que a presidência holandesa conseguirá fechar.

Portugal tem de manifestar-se aberto para dar continuidade a todos os trabalhos que, no domínio do mercado interno, não ficuem completos durante a presidência holandesa e, neste momento, não é possível ainda ter uma ideia muito precisa quanto àquilo que ainda vai ser conseguido na parte final da presidência holandesa, mas, de facto, o mais importante e determinante é precisamente o resultado das conferências sobre a união económica e monetária e sobre a união política.

Se, por exemplo, terminar com sucesso o *dossier* da união económica e monetária e da união política, temos de começar a pensar nas nossas competências, isto é, como dar sequência aos novos campos de actuação que agora se abrem à Comunidade Económica Europeia nos mais variados domínios, e também temos de iniciar um repensar estratégico das relações externas da Comunidade Económica Europeia, que até aqui, acima de tudo, tem reagido e que agido tem muito pouco.

Nós reconhecemos que hoje é necessário um pensamento estratégico em relação às questões do relacionamento externo da Comunidade com o resto do mundo. É por isso que tenho dito, e que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros tem dito, que assumiremos essa presidência com forte espírito europeu, procurando contribuir para os compromissos e introduzindo algumas das nossas especificidades, principalmente o nosso universalismo, a nossa capacidade de relacionamento com outros continentes, como, por exemplo, em relação à África, com a qual gostaríamos, com certeza, de ter uma iniciativa, e em relação à América do Sul ou à América Latina em geral, onde hoje se contam novos movimentos de integração (como o MERCOSUL), que podem ser uma resposta eficaz aos graves problemas que muitos dos seus países enfrentam.

Quem exerce a presidência terá de presidir ao Conselho, representar a Comunidade Económica Europeia na vertente externa e estabelecer as relações com as outras instituições comunitárias. Mas — e dando resposta a vários dos Srs. Deputados que colocaram esta questão — a atitude do Governo, já demonstrada no passado, contrariamente ao que foi insinuado por alguns para discutir estas matérias, vai continuar no futuro.

Srs. Deputados, penso que não podem referir uma vez, e se podem fazê-lo são muito poucas, em que o Governo

tenha sido chamado à Comissão de Integração Europeia e não tenha respondido de forma positiva.

Tal como demonstrei, há abertura para que os responsáveis pelos partidos da oposição possam ter contactos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros para receber informação mais detalhada e técnica, que não é fornecida em contactos políticos com o Primeiro-Ministro ou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Assim continuaremos a fazer no futuro.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional abordará depois de amanhã a questão da investigação no domínio da defesa e, por isso, peço desculpa por, neste momento, não me referir a ela.

Quanto ao ensino privado, devo dizer-lhes que é uma questão que nos preocupa, sem qualquer dúvida, e já no debate do Programa do Governo nós abordámos esta questão.

A nossa preocupação é a qualidade e para consegui-la temos de ter a coragem de utilizar os instrumentos de inspecção necessários. Não podemos exigir só qualidade na universidade privada, temos também de exigir a qualidade na universidade pública, mas o que não podemos aceitar é que a universidade privada se possa pautar por níveis baixos que, eventualmente, possam existir algumas células da universidade pública.

A nossa disposição é actuar de uma forma mais clara, mas mais forte, no domínio da inspecção das universidades privadas.

Em relação à capacidade para absorver os novos estudantes que querem entrar no ensino superior, matéria que foi levantada por vários Srs. Deputados, quero lembrar-lhes que, já neste ano de 1991, o número de vagas não foi significativamente inferior ao número de candidaturas, o que permite quase afirmar que o objectivo que propusemos para 1993 está já em vias de concretização. Penso que aí não existem razões para pessimismo.

Nos meus discursos, tal como no programa eleitoral do Partido Social-Democrata — pode faltar eventualmente uma vírgula —, falo de acesso para todos aqueles que revalem o mérito para continuar no ensino superior. Nós não fomos como outros — e respondo já à pergunta que me chegou da bancada do Partido Socialista — que prometeram a eliminação da prova geral de acesso (PGA). Nós tivemos a coragem, mesmo sem receio de perder alguns votos, de dizer publicamente na televisão que éramos contra a extinção da prova geral de acesso. Gostaria que outros revalessem a mesma franqueza em relação às posições que defendem.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado José Nogueira de Brito, no que eu acreditava e no que não acreditava antes de 6 de Outubro vai continuar a pertencer ao meu foro íntimo. Drei sempre que a vontade do povo português se conhece no dia das eleições e não foi, com certeza, aquilo que hoje permanece e vai permanecer no meu foro íntimo que me levou a apresentar esta proposta global de alteração da legislação eleitoral. Posso dizer-lhe que é mesmo assim.

Em relação a uma certa contradição entre dois discursos, e eles foram quase seguidos, o Sr. Deputado disse que eu tinha uma atitude voluntarista e que tudo ia ser conseguido, que esquecia as dificuldades e que, afinal, só me tinha lembrado delas e que não as tinha mencionado em campanha eleitoral. Bem, vamos por partes!

Nós defendemos o rigor orçamental e vamos continuar a defendê-lo. Demos provas disso ao longo destes anos de governação.

O Sr. Deputado já se esqueceu do tempo em que, quando nos referímos ao défice do sector público alargado, falávamos de 22% do produto? Hoje estamos a falar de 7% ou 8% do produto. As coisas mudaram e mudaram muito, mas têm de continuar a mudar.

Sabemos bem que, para dar resposta positiva ao objectivo de integração plena na união económica e monetária, precisamos de reduzir o défice orçamental. Como conciliar isso com despesas no domínio social e da educação e com o crescimento dos salários reais? Já uma vez tive oportunidade de ser um pouco mais claro nesta matéria.

Pensamos que é possível extinguir alguns serviços públicos, cuja utilidade já se esvaziou, mas que hoje subsistem por inércia, e vamos fazê-lo; pensamos que é possível reduzir algumas despesas ainda associadas a ineficiências que subsistem no sector público empresarial; pensamos que é possível reduzir os juros da dívida pública em resultado da privatização; e pensamos que, sem aumentar a carga fiscal que incide sobre cada cidadão, desde que seja correctamente medida, é possível aumentar a receita fiscal em resultado do crescimento económico e do combate à evasão e à fraude fiscais.

Quanto aos salários reais, não vemos onde está a incompatibilidade entre o rigor orçamental e a subida dos salários reais. Eu até pensava que o Sr. Deputado dizia o contrário, isto é, que só com o rigor orçamental que diminuisse as necessidades de financiamento do sector público é que poderíamos ter uma economia a crescer mais, com mais produtividade, com mais eficiência e, dessa forma, pagando melhores salários.

Lançou no fim aquela dúvida sobre a existência ou não existência de um orçamento suplementar. Essa foi, mais uma vez, uma questão sugerida pela comunicação social, porque estou convencido de que se o Sr. Deputado fizesse apenas essa pergunta pelo seu próprio raciocínio não a faria, pois, com certeza, tem mais alguma informação e sabe bem qual é a nossa postura, que não se vai alterar em relação a esta matéria.

Desde 1986 até 1991 nunca fizemos um orçamento rectificativo que implicasse maior défice do Orçamento do Estado, o que é contrário a tudo aquilo que tinha acontecido no passado, e tal vai acontecer também este ano, pois iremos apresentar um orçamento rectificativo nesta Assembleia para diminuir o défice orçamental e nunca para aumentá-lo...

Aplausos do PSD.

... o que é um aspecto positivo da nossa economia, Sr. Deputado.

O senhor sabe bem que se as receitas fiscais crescem mais do que o previsto nem por isso os escutos sobre a economia foram diferentes do que aquilo que é determinado pela taxas que são estabelecidas, porque são essas que são relevantes, pois a receita fiscal é uma variável endógena não é uma variável exógena, e aquilo que os políticos de Assembleia controlam são os instrumentos e estes são taxas.

Enquanto o orçamento das despesas é um limite má a atingir, não acontece assim, como sabem, e muito do lado das receitas.

Por outro lado, reconhecemos que é possível + alguns domínios para colocar em outros em devede

E sem fugir, como é óbvio, a esta Assembleia, aqui terão o orçamento rectificativo de 1991, mantendo a prática, que vem desde 1986, do não agravamento do défice orçamental. Por isso, todos os Srs. Deputados podem respirar de alívio e tentar encontrar uma outra «artilharia» para atacar o Governo, porque esta esvaziou-se neste momento.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, eu não sei por onde começar e até fiz um grande esforço para transcrever o seu discurso! Eu sei que V. Ex.^a tem capacidade para fazer perguntas no local próprio e no momento imediato e que podia fazê-las sem trazer um discurso escrito de casa e certamente aprovado...

Risos do PSD.

Mas isso criou-me uma grande dificuldade porque enchi três páginas de questões, as quais terci certamente alguma dificuldade em aprofundar.

Sr. Deputado, V. Ex.^a não gosta da maioria — disse-o aqui —, mas o problema é seu e não meu porque o senhor não consegue mudar o povo, só que deve fazer um esforço adicional para adaptar-se a essa vontade. Eu estou satisfeito com a maioria, mas sei muito bem que o senhor não gosta da maioria, embora, repito, o problema não seja meu!

V. Ex.^a condenou a prática do anterior governo, mas, ô Sr. Deputado!, essa prática foi valorizada de forma positiva pelo eleitorado...

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e se o senhor agora já fala assim, quando só ainda passou um mês e cinco dias sobre o acto eleitoral, como não irá o senhor falar daqui a dois ou três anos?...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, a memória não pode ser tão curta e a vontade do povo português, que acaba de ser expressa de uma forma muito clara no acto eleitoral, julgou não só aquilo que fizemos, e que é a nossa prática política, como ainda apoiou as propostas que lhe apresentámos para o futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a disse que as nossas propostas trazem mais injustiças e mais desemprego, que vão criar o grande capital, que já estavam habituados... Mas, diga-me uma coisa, como é que o senhor pode falar em desemprego em Portugal quando nós somos o segundo país da Europa comunitária com o nível de desemprego mais baixo e só ultrapassado por um país pequeno que é o Luxemburgo?! Como é que V. Ex.^a pode falar em desemprego quando Portugal é considerado pelos economistas — e o senhor é economista — numa situação de pleno emprego, isto é, a taxa de desemprego é cerca de 4%?! E, mesmo que fosse de 5% ou 6%, só como figura de retórica é que o senhor se podia agarrar à questão do desemprego! No entanto, V. Ex.^a não quis, mais uma vez, fugir à figura de retórica!

Aliás, sabe muito bem que não pretendemos lesar a democracia com a proposta de reforma do sistema eleitoral que hoje aqui apresentámos, porque essa reforma não será feita no sentido de restringir a opinião sufragante desta Câmara.

O PSD não avançará se não tiver indicações seguras de que se estabelecerá à sua volta uma ampla maioria, superior àquela que apoia o Governo.

O Sr. João Amaral (PCP): — Pode fazê-lo!

O Orador: — Como tenho de ficar com algumas questões para responder ao maior partido da oposição, e como não quero antecipar a resposta à questão implícita na sua observação, não lhe responderei.

O Sr. João Amaral (PCP): — Não fuja!

O Orador: — Não fujo a essa nem a qualquer outra questão, Sr. Deputado! Não faremos a revisão do sistema eleitoral sem o apoio claro e inequívoco de uma maioria que ultrapasse claramente aquela que apoia o Governo.

Sr. Deputado, V. Ex.^a afirmou que pretendemos atacar a independência dos tribunais, mas, ô Sr. Deputado, o poder do Governo é limitado e transitório e sabemos muito bem que daqui a quatro anos estaremos a ser julgados pelo povo português e, dado existirem outros órgãos de soberania que têm poder igual ao nosso, vir o senhor dizer que nós queremos controlar os tribunais quando sabe muito bem que existem órgãos fiscalizadores da acção do Governo que não sofreram ao longo da anterior legislatura qualquer limitação do exercício dos seus poderes, parece-me incorrecto. Sr. Deputado, V. Ex.^a sabe perfeitamente que respeitamos totalmente os poderes de todos os órgãos de soberania!

Sobre a questão das pensões, o Sr. Deputado falou dela de uma maneira que até parecia que tínhamos voltado ao tempo em que as pensões, em termos reais, desciam em média cerca de 13% em cada ano — e foi isso que aconteceu entre 1980 e 1985. O Sr. Deputado, não voltámos a esse tempo nem vamos voltar.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O PSD estava lá!

O Orador: — O PSD estava lá, mas teve agora a confiança renovada do povo português. Como cada eleição é uma renovação da confiança do eleitorado — e é isso que o senhor tem de aprender! —, nós acabámos de ter a confiança renovada por parte dos Portugueses.

As pensões foram aumentadas em 14% em relação à pensão mínima, superior à taxa de inflação, a qual — como V. Ex.^a saberá, pois isso foi hoje revelado — continua a descer. Não vale a pena revelar qualquer angústia porque V. Ex.^a está a fazer um sorriso que significa satisfação...

Risos do PSD.

... e que significa que V. Ex.^a partilha da minha opinião. É que hoje foi revelado que a taxa de inflação baixou, em termos homólogos, dos 10%, fixando-se nos 9,8%.

Relativamente ao orçamento rectificativo já respondi que ele virá à Assembleia da República e V. Ex.^a terá então oportunidade de pronunciar-se sobre ele.

Quanto às dificuldades que referiu só se comprehende a sua observação porque certamente o senhor não ouviu as minhas intervenções durante a campanha eleitoral, o que é natural, até porque, apesar de ser muito aberto nas participações, não lhe dirigi qualquer convite — até porque estaria ocupado!...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não valia a pena!

O Orador: — Nunca se sabe!... Com as voltas que o mundo dá!...

Aplausos e risos do PSD.

O que nós ouvimos o Fidel Castro dizer e vejamos como hoje as coisas são diferentes!...

Aplausos e risos do PSD.

Precisamente uma das razões invocadas por mim para a necessidade de uma maioria absoluta era a das dificuldades com que o País seria confrontado. Essa era talvez a razão mais importante e era por isso que eu dizia que não é tempo para entrarmos em aventuras, dar saltos no desconhecido — certamente para si não seria uma aventura, mas para mim era. Uma das coisas que eu mais accentuei ao longo da campanha eleitoral foi a das dificuldades dos tempos que aí vêm não só em resultado das mudanças no Leste mas também em resultado das exigências da Comunidade Económica Europeia. Aliás, e contrariamente ao que o senhor disse, eu nunca escamoteei as dificuldades com que o País irá ser confrontado.

Relativamente à valorização do escudo, entendemos — e repito-o aqui! — que a competitividade não pode ser garantida a cada empresário através de uma desvalorização permanente do escudo. Não é nem será essa a nossa política! Os empresários não podem ter garantida, à partida, uma competitividade que resulta de uma desvalorização da moeda que tem como contrapartida, como V. Ex.^a muito bem sabe, um aumento de inflação e subsequentemente uma diminuição do poder de compra dos salários.

Falou ainda dos desmandos eleitorais e de despesas que tivemos feito, mas, Sr. Deputado, pode ficar descansado porque as reservas do Banco de Portugal estão intactas, o ouro está intacto.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — São coisas diferentes!

O Orador: — Não, Sr. Deputado! É que desmandos no passado foram sempre feitos com efeitos negativos sobre as contas externas, o que, nalgumas alturas, implicou a venda do ouro e noutras o endividamento externo. Sr. Deputado, nós não conduzimos qualquer política que possa ser considerada irresponsável e apresentada como hipoteca do futuro. V. Ex.^a sabe muito bem disso, tal como sabe que nós temos uma dívida externa inferior às reservas acumuladas.

Sr. Deputado Alberto Martins, agradeço-lhe, tal como aos seus colegas, a saudação inicial que me dirigiu, mas acrescento que — penso eu — fez um erro de interpretação do meu discurso, porque o sentido que queria dar às minhas palavras não foi o que começou por referir. A referência que fiz à «baixa política» era relativa à legislatura passada, em que, efectivamente, houve momentos de «baixa política», mas aceito que essa minha interpretação seja subjectiva e que a sua seja diferente. Aliás, eu manifestei mesmo uma forte convicção de que não seria essa a postura desta Assembleia no futuro face aos desafios com que estamos confrontados e tendo muito em mente que dentro de poucos dias iniciaremos a presidência da CEE.

Penso ter notado nas suas palavras uma certa abertura ao diálogo por parte do Partido Socialista e, como sei que V. Ex.^a é um destacado deputado do PS, presumo que esse sinal corresponde a uma abertura que vem de todo o partido. Nós estaremos abertos ao diálogo, mas terá de ser um diálogo que respeite os compromissos que assumimos

com o povo português. Terá de compreender que seja assim, porque é assim em democracia e o povo português espera que passemos à prática as propostas que foram por ele sufragadas.

Nós não queremos entrar nas competências da Assembleia da República que constam da Constituição e, por isso, não tenha qualquer preocupação quanto a essa matéria porque não pretendemos limitar, de forma nenhuma, a acção desta Assembleia e, muito pelo contrário, queremos contribuir para enriquecer a acção desta Casa.

Quanto às comissões de inquérito a resposta é a mesma porque sei muito bem que compete a esta Assembleia fiscalizar o Governo, fazer o acompanhamento crítico do Governo e será um estímulo para a nossa acção que a oposição não deixe de exercer — e bem! — o papel que em democracia lhe compete.

Sr. Deputado, quanto à alteração ao sistema eleitoral, questão que abordou e na qual o seu colega Jorge Lacão tentou arranjar contradições, a necessidade da sua mudança é reconhecida por muitos que transbordam claramente o PSD e por isso estou convencido que mesmo no seu partido existem muitos políticos que reconhecem a necessidade de uma mudança global do nosso sistema eleitoral.

No entanto, não quisemos ser vagos e vir aqui dizer que propomos uma reforma do sistema eleitoral e quisemos ser precisos. E fomos precisos em relação às diferentes leis eleitorais, desde a lei para a Assembleia da República até à lei para a eleição dos deputados às Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira. Também fomos muito precisos quanto à necessidade de uma revisão constitucional porque sabemos que algumas alterações exigem mudança de alguns preceitos constitucionais e por isso dissemos que a reforma da legislação eleitoral só poderá ser feita se merecer o apoio de quatro quintos dos deputados nesta Câmara. Daí que o nosso objectivo seja realizar, de facto e nestes aspectos, uma alteração dos preceitos constitucionais relevantes.

Se não for possível desta forma global e incluindo as necessárias alterações constitucionais, então, Sr. Deputado, digo aqui, perante esta Câmara e dirigindo-me ao País, que esperaremos pelas próximas eleições legislativas para alterar o nosso sistema eleitoral. Nós entendemos que não é mais possível fazer alterações parcelares no nosso sistema eleitoral; a alteração tem que ser global! Aliás, consideramos que não é mais possível fazer elogios aos portugueses que trabalham no estrangeiro quando se trata de projectar a nossa tradição universalista ou para captar remessas e depois não lhes reconhecer o direito cívico de escolher o seu Presidente da República.

Aplausos do PSD.

Por isso, Srs. Deputados, ou fazemos uma revisão constitucional global, incluindo as necessárias alterações constitucionais, ou então começaremos a pensar nesse assunto a partir de 1995 porque já terá ocorrido a revisão constitucional normal — e espero que aí o Partido Socialista revele a abertura necessária para que o problema seja finalmente encarado.

O Sr. Deputado Jorge Lacão tentou encontrar imensas contradições entre as propostas que fizemos e a regionalização. Mas, Sr. Deputado, em minha opinião, o processo de regionalização não pode ficar condicionado a um calendário rígido que seja determinado pelas negociações de novas perspectivas financeiras para a CEE,

o que, como sabe, deve ocorrer já no ano de 1992 e que será tratado já na presidência portuguesa. Esta é uma matéria demasiado importante para ser tratada de forma superficial. É uma questão de Estado em que, como eu disse, é necessário avançar por consenso amplo nesta Casa, evitando as divisões entre portugueses, que podem surgir, como V. Ex.^o muito bem sabe, porque não queremos exacerbar bairrismos nem querelas em relação a esta questão muito delicada principalmente quando hoje Portugal é apresentado como país modelo em matéria de unidade, em contraste com o que acontece noutras partes da Europa. Se há tempo que nos aconselha cautela nesta matéria é precisamente este em que vivemos — e eu sei que nesta matéria o Partido Socialista não se irá pautar por critérios meramente partidários —, mas pensamos que esse facto não constitui um óbice, de forma nenhuma, à continuação da política de correcção dos desequilíbrios regionais.

Temos vindo a realizar uma acção relevante nesse domínio e vamos continuar a fazê-lo através do PIDDAC, como foi referido, e do quadro comunitário de apoio. Iremos, com certeza, preparar o novo de Plano de Desenvolvimento Regional, mas não me parece que isso seja condicionado de forma determinante pela concretização da regionalização. Somos muito claros nessa matéria: promovemos a apresentação de uma lei de criação das regiões administrativas.

Sr. Deputado, também não entendi a ideia de fazer coincidir os círculos eleitorais com as regiões administrativas, já que o que queremos, precisamente, é aumentar a ligação entre deputado e eleitor...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Não, não é isso!

O Orador: — Então, não entendi, porque o que queremos é criar círculos eleitorais mais pequenos.

Ora, com certeza que as regiões administrativas serão espaços muito amplos para terem a heterogeneidade necessária e permitirem a transferência de recursos, e não antevejo que uma região administrativa vá partir concelhos...

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Ou círculos. É essa a questão!

O Orador: — Pode partir círculos, mas não vejo como esse factor pode ser tão determinante.

Sr. Deputado Jorge Lacão, se disser publicamente que uma região administrativa vai partir círculos é capaz de ser confrontado com algumas questões menos agradáveis em certas zonas do País, porque quando fala em círculos refere-se a distritos e certamente que os deputados de Viseu, de Coimbra, de Aveiro...

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — De Braga!

O Orador: — ... e de Braga que me estão a ouvir podem ficar seriamente preocupados. Isso já é atirar achas para a fogueira de uma forma preocupante!

Peço à bancada do Partido Socialista que contenha os entusiasmos regionalistas do Sr. Deputado Jorge Lacão! Nem sei se Santarém conseguirá alcançar essa qualidade que lhe permita aspirar a ser candidato a presidente de uma região administrativa.

Risos do PSD.

Sr. Deputado, em relação à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais, talvez não me tenha feito entender bem: não se trata de pôr em causa o princípio da proporcionalidade; quanto muito, de mitigá-lo no sentido de criar executivos maioritários.

Sabe que a nossa proposta tem sido sempre no sentido de permitir que quem ganha as eleições, mesmo com maioria relativa, possa receber um «bónus» de vereadores de forma a gozar de um executivo maioritário, o que permite aumentar a governabilidade do município, bem como a sua eficácia.

Perguntará: onde está a coerência? Na governabilidade da autarquia e do País, com maioria nesta Casa e também nos executivos municipais.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Esse não é um princípio dos sistemas eleitorais, pois não?

O Orador: — Penso que agora já dei mais uma achega para clarificar esse ponto. Não se trata, repito, de abandonar o sistema proporcional nas eleições para as autarquias locais.

O Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues resolveu ler o nosso programa e citá-lo quase todo — fico muito satisfeito com esse facto! — para qualquer inspiração que, espero, seja benéfica.

Sr. Deputado, volto a afirmar aquilo que já referi noutra sede: queremos cumprir aquilo que prometemos aos Portugueses. Aliás, estou convencido de que uma das razões básicas por que conseguimos um resultado eleitoral tão positivo nas últimas eleições foi precisamente a de, pela primeira vez, um governo se ter apresentado às eleições com as promessas cumpridas. As «gavetas ficaram vazias» e a prática demonstrou que passámos à realidade muito daquilo que tínhamos prometido. Os Portugueses não julgaram no escuro nem apenas propostas para o futuro, meras promessas, mas uma obra feita. Cumprimos e queremos continuar a cumprir as nossas promessas!

Já respondi à questão sobre o ensino superior, mas o Sr. Deputado falou ainda no grande esforço financeiro que vai ser necessário compatibilizar e até referiu o caso da ponte sobre o Tejo.

Tentei explicá-lo há pouco, mas quero só acrescentar um ponto em relação ao que disse: pretendemos alargar os espaços de intervenção da iniciativa privada e até no domínio da nova ponte sobre o Tejo admitimos uma possibilidade de intervenção privada. Tenho que reconhecer, no entanto, que ficámos bastante surpreendidos quando um dia ouvimos um deputado do Partido Socialista admitir que até a construção de uma ponte possa ficar a cargo de uma entidade privada. Estão também no bom caminho!

Sr.^a Deputada Helena Torres Marques, fico muito satisfeito com a sua profissão de fé no sentido de que irá ser uma deputada da oposição responsável. Outra coisa não esperaria da sua pessoa!

Em relação ao debate de Maastricht já tive ocasião de falar aqui — e voltei a reafirmá-lo — da disponibilidade do Governo em geral para vir discutir com os Srs. Deputados as matérias que, neste momento, estão sobre a mesa. Mas não seria adequado para a defesa da nossa posição negocial que a revelássemos por inteiro ao País e que no dia seguinte fosse conhecida por todos os outros países. Têm de compreender que, nesta matéria, temos de ficar pela enumeração de orientações fundamentais de alguns princípios básicos para não pôr em causa o sucesso do processo negocial.

Existem posições de fundo, aquelas de que não nos podemos afastar, e negociais. Mas se dizemos, à partida, que estas são «negociais» e aquelas «de fundo», imediatamente pormos em causa o sucesso da negociação. Por isso, terão de compreender que o Governo manifeste alguma reserva na clarificação de detalhes em relação a posições negociais.

Falou em pedirmos um mandato a esta Assembleia para a condução das negociações. Respeito as competências desta Assembleia e espero que ela respcite as do Governo.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo, nesta matéria, não vai invadir as competências da Assembleia da República e espera que este órgão não invada as suas.

Compete-nos conduzir a política geral do País, onde está incluída a política externa, mas entendemos que, scndo matérias que depois baixarão à Assembleia da República para serem discutidas, devemos desenvolver uma cooperação aprofundada para facilitar o debate que sobre os documentos finais se virá a realizar no futuro. Logo, penso que não é correcto dizer que o Governo irá pedir à Assembleia um mandato para as negociações.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — E quanto à questão do referendo, Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: — O Sr. Deputado António Braga falou sobre educação e queixou-se de o meu discurso não se alongar muito sobre essa matéria. Talvez seja um facto, mas fui muito claro ao reafirmar que a educação continuará a ser uma prioridade deste Governo.

A reforma educativa foi lançada e com certeza que tem um rosto, mas não esperava de si uma defesa tão forte da personalização! O Sr. Deputado quer que quem dá um rosto em certo momento à política continue a fazê-lo durante muito, muito tempo. A personalização é hoje, dizem, fruto de alguns excessos no nosso país, mas o Sr. Deputado insistiu agora no rosto da política de educação.

Certamente que o anterior Ministro da Educação deu um contributo notável para o lançamento de todo o processo de reforma educativa, que vai continuar e vamos consolidar esse processo tão importante para o futuro do nosso país!

O Sr. Deputado Ângelo Correia falou sobre a lei eleitoral. Temos de ter presente a experiência dos sucessivos actos eleitorais ao longo do período que decorreu desde o 25 de Abril, bem como as mensagens que o eleitorado tem transmitido aos políticos. É essa a razão básica por que hoje apresentámos aqui esta proposta.

Em relação à união económica e monetária e à união política, a realização do mercado interno pressupõe a da união económica e monetária, porque, se estamos a falar em liberdade de circulação de capitais, é muito difícil admitir que os países mantêm políticas monetárias totalmente diferentes umas das outras. Assim, a união económica e monetária é uma sequência lógica da realização do mercado interno.

A união política visa aumentar a capacidade de resposta da Comunidade Económica Europeia a novas solicitações e aumentar os campos de actuação. Neste momento, consideram-se três domínios: o da legitimidade democrática das instituições, o do aumento da eficácia e o da política externa e de segurança comum.

Penso que a construção europeia ficaria muito incompleta se não se avançasse, e rapidamente, na união económica e monetária e não política. Por essa razão, formulou votos muito sinceros de êxito para a Conferência de Maastricht e espero bem que o acordo não seja alcançado a um patamar claramente insuficiente.

Sei que muitos contactos têm sido desenvolvidos nos últimos tempos e hoje podemos estar um pouco menos pessimistas do que há algum tempo atrás.

O Sr. Deputado Álvaro Barreto falou nas privatizações. Hoje, é fundamental ter uma perspectiva de globalização internacional e de internacionalização da economia. Ora, o processo de privatizações é muito delicado, razão pela qual fomos tão cuidadosos no seu desenvolvimento, defendendo os interesses do Estado e a transparência do processo e evitando que pudesse surgir censuras que acabassem por constituir um entrave ao aprofundamento do próprio processo de privatizações. A lei admite várias modalidades para a privatização e não exclui a possibilidade de uma negociação directa. Também não vou aqui excluir essa possibilidade, mas não temos apontado de forma preferencial nesse sentido e penso que não iremos fazê-lo. Podemos realizar concursos limitados depois aprofundados através de um diálogo com a Administração Pública, mas continuaremos a pautar-nos, nesta matéria, pela preocupação da transparência, da defesa dos interesses do Estado e fazendo tudo o que é possível — e há muitas hipóteses no quadro da lei actual — para que os interesses de empresários portugueses sejam colocados a um nível elevado. Isso tem sido feito até agora e continuaremos a fazê-lo no futuro.

Ficamos sempre muito satisfeitos quando empresários portugueses se candidatam e ganham empresas colocadas na privatização, mas já ficariamos preocupados se alguns desses empresários, passado pouco tempo, viessem a vender as empresas ao estrangeiro com lucros especulativos. Por isso, têm que entender que sempre que actuamos de uma forma que pode inclinar a escolha para o lado dos empresários portugueses não deixemos de colocar algumas limitações à transmissibilidade das ações assim adquiridas.

Em relação à presidência portuguesa das Comunidades, fomos um dos primeiros países a defender a necessidade de um fundo de coesão. Numa fase inicial, ninguém lhe atribuía grande possibilidade; hoje, a linguagem é diferente e sabem bem que o Presidente da Comissão, Jacques Delors, já admite a possibilidade de se criar um novo fundo que contemple áreas de ambiente, as redes transeuropeias — aproveito já para responder ao Sr. Deputado João Maria Oliveira Martins — e, eventualmente, outras utilizações.

Temos feito um combate muito forte para que seja criado um novo fundo comunitário a que chamámos, como sabem, fundo de coesão. Mas, ao mesmo tempo, consideramos muito importante o aumento da flexibilização na utilização dos dinheiros públicos. Gostaríamos de ver mais recursos, recebidos da Comunidade, orientados para outras aplicações — como, por exemplo, para a educação, mesmo a educação formal e não apenas a profissional —, tal como defendemos o aumento das taxas de co-financiamento, mais um contributo para conseguir reduzir o défice, sem custos e sem austeridade. É que não vai surgir austeridade, Srs. Deputados! Se é por aí que pensam ganhar as próximas eleições, desiludam-se! Encontrem outros temas, porque não vai «apertar o cinto»! Quanto muito, aquele apertar

será o que resulta da passagem dos anos e do encurtar da barriga, meus senhores!

Risos do PSD.

Por aquilo que os senhores pensam, repito, não vai surgir o «apertar do cinto»! Fico satisfeito — e não preocupado — por os senhores ainda pensarem assim. Espero que o façam, o que será bom para mim, até 1995, porque, por essa via, não ganham as eleições. Têm de encontrar outros argumentos, porque não vai surgir austeridade nem «apertar do cinto». Vamos conseguir garantir as reestruturações e os equilíbrios macroeconómicos sem necessidade de voltar àqueles tempos em que o poder de compra dos salários e o das pensões diminuíram substancialmente e o desemprego atingia percentagens que se aproximavam daquelas que hoje se verificam na nossa vizinha Espanha.

Isto é qualquer coisa que estou aqui a revelar de coração aberto e é a prova da muita consideração que me merecem os partidos da oposição. Se fosse outro, deixá-los-ia naquela ilusão, que outros, do exterior, lhes criaram, durante o processo da campanha eleitoral e, que, por isso, lhes causou, depois, a surpresa quanto aos resultados.

Aplausos do PSD.

Para terminar, quero responder, rapidamente, ao Sr. Deputado Pedro Passos Coelho. Sabe bem que a aposta nas novas gerações não visa apenas construir discursos floreados nem é uma figura de retórica, facto que provámos ao longo do tempo.

Nós acreditamos sinceramente na criatividade dos jovens portugueses, na sua vontade de vencer. É uma geração descomplexada, aberta ao mundo, disposta a enfrentar as dificuldades, assumindo um desafio, mesmo que ele seja difícil. Penso que os jovens ajudaram a enterrar os miscrabilismos, as desmotivações, as apatias, as desmoralizações, e estão a dar um contributo decisivo para uma nova fase da sociedade portuguesa.

Sempre dissemos que a política de juventude é uma política global e integrada e que queremos horizontal. Queremos que vá desde o serviço militar obrigatório até à educação, desde a formação profissional até à habitação, do combate à droga e à SIDA até ao turismo juvenil, ao intercâmbio com outros jovens da Europa. E essa política vai manter-se. Nesta matéria, repito, fomos pioneiros e muitas das acções que implementámos, ao longo do tempo, estão hoje a ser implementadas noutros países.

Quanto ao ordenamento do território, ele é uma preocupação deste governo. Com certeza que o empenho do Governo é grande, mas não basta! Trata-se de uma matéria em relação à qual as autarquias locais têm de assumir uma maior responsabilidade, para que um governo, qualquer que seja, não venha a ser acusado de tentar destruir o poder autárquico. Estas insinuações são feitas — por vezes de má-fé — sempre que um governo tenta actuar em domínios em relação aos quais algumas autarquias — e sublinho «algumas» — não assumiram plenamente as responsabilidades que lhes competiam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As grandes cidades e as suas periferias são hoje o novo desafio que se coloca a todos nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Infelizmente, a qualidade de vida, na periferia de algumas cidades, não corresponde ao crescimento económico registado no nosso país, nos últimos anos. Novos problemas surgem aí. O Governo está disposto a apoiar um programa especialmente dirigido às especificidades das periferias em colaboração com as câmaras municipais. Entendemos que cabe um papel determinante nesta matéria, porque elas conhecem os problemas com certeza melhor do que nós. Sabemos que eles existem e queremos ajudar a resolvê-los.

Concordo inteiramente com aquilo que diz quando afirma que Portugal não se confina à Europa. Somos euro-atlânticos, temos uma relação estreita, histórica e culturalmente, com muitas outras partes do mundo e temos esses embaixadores do universalismo dos nossos dias que são os portugueses que trabalham no estrangeiro. Por isso anunciei, não há muito tempo, o desejo do Governo de criar o voluntariado para o desenvolvimento, isto é, a possibilidade de mobilizarmos os jovens, com todo seu espírito de dedicação, para dar um contributo para o desenvolvimento das regiões africanas, principalmente daquelas que falam a nossa língua. E, já agora, porque estou a falar de países que falam a nossa língua, lembro que se encontra hoje, em Portugal, como sabem, o Presidente da República de Cabo Verde com quem é suposto eu participar num jantar oficial. Por isso, peço desculpa por algumas eventuais omissões nesta minha intervenção, que vou concluir, agradecendo, desde já, os contributos que os Srs. Deputados deram para o enriquecimento deste primeiro dia do debate.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fica assim esgotada a ordem de trabalhos da sessão de hoje.

O Plenário reunirá de novo amanhã, pelas 15 horas e 30 minutos, a fim de proceder a uma sessão solene de boas-vindas a S. Ex.^a o Presidente da República de Cabo Verde.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alípio Barros Pereira Dias.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António José Barradas Leitão.
Domingos Duarte Lima.
Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.
Joaquim Vilela de Araújo.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José Macário Custódio Correia.
José de Oliveira Costa.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Manuel Castro de Almeida.
Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.

Partido Socialista (PS):

António Fernandes da Silva Braga.
António Ribeiro Marques da Silva.

Eduardo Ribeiro Pereira.
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Partido Comunista Português (PCP):
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):
Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS):
Carlos Cardoso Laje.
Eurico José Palheiros de Figueiredo.
Fernando Alberto P. Sousa.
Gustavo Rodrigues Pimenta.
José Barbosa Mota.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
Rogério Conceição Martins.

As REDACTORAS: — Ana Marques da Cruz — Maria Amélia Martins — Maria Leonor Ferreira.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Didrio da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Didrio da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Didrio da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 160\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.